

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O *Spread* Bancário Brasileiro: Uma Análise da Sua Composição entre o período de 1999 e 2004

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por Bianca Corrêa da Silva

Orientador: Prof. Roberto Meurer

Área de Pesquisa: Economia Monetária e Financeira

Palavras – Chaves:

1. *Spread*
2. Crédito
3. Taxa de juros

Florianópolis, julho 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 à aluna Bianca Corrêa da Silva na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Roberto Meurer
Presidente

Prof. Patrícia Bonini
Membro

Prof. Ermes Tadeu Zapelini
Membro

Aos três grandes mestres da minha vida: **Deus**,
que me guia com sua luz e **meus pais**, um
presente do primeiro, que me conduzem com seu
amor.

AGRADECIMENTOS

Diante das muitas pessoas que, de alguma forma, tiveram participação neste trabalho, é difícil a citação de todos. Entretanto, eu agradeço aos que estiveram ao meu lado neste período tão importante de conclusão de curso.

Uma gratidão especial: a toda a minha família, a base forte à qual estou estruturada e minha principal fonte de motivação nos momentos críticos dos estudos; ao Professor Roberto Meurer, pela atenção, seriedade e orientação prestada durante toda a preparação do trabalho; aos colegas do Banco do Brasil, pela compreensão e respeito da importância que estes aprendizados tem para mim; aos colegas e professores do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, pelos ensinamentos e momentos marcantes aos quais passamos juntos e aos meus amigos e namorado, pelo apoio e paciência nos meus momentos dedicados a esta monografia.

A todos vocês, **MUITO OBRIGADA!**

SUMÁRIO

Página

- LISTA DE QUADROS.....	VI
- LISTA DE GRÁFICOS.....	VII
- LISTA DE TABELAS.....	VIII
- RESUMO.....	IX

CAPÍTULO I

1. O PROBLEMA.....	10
1.1. Introdução.....	10
1.2. Formulação da Situação – Problema.....	10
1.3. Objetivos.....	11
1.3.1. Geral	11
1.3.2. Específicos	11
1.4. Metodologia.....	11

CAPÍTULO II

2. A FORMAÇÃO DO <i>SPREAD</i> BANCÁRIO A PARTIR DO FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS FINANCEIROS.....	13
2.1. Relações financeiras.....	13
2.2. Os mercados financeiros.....	13
2.2.1. A intermediação financeira	18
2.3. Os sistemas financeiros.....	21
2.3.1. O sistema financeiro no Brasil.....	22
2.4. Os bancos.....	23
2.4.1. Administração bancária.....	26
2.4.2. Risco de crédito	29
2.4.3. As taxas de juros	31
2.4.4. O <i>spread</i> bancário no Brasil.....	33

CAPÍTULO III

3. O COMPORTAMENTO DO <i>SPREAD</i> BANCÁRIO: SEU FUNCIONAMENTO E SUA RELAÇÃO COM A TAXA DE JUROS E O CRÉDITO BANCÁRIO.....	36
3.1. A estimação da composição do <i>spread</i> bancário – A visão do Banco Central.....	36
3.1.1. A análise do Banco Central sobre o comportamento do <i>spread</i> bancário nos últimos cinco anos	43
3.2. Evolução na metodologia de cálculo do <i>spread</i> bancário pelo Banco	

Central.....	55
3.3. Ações e medidas para o aumento da oferta de crédito no país via redução dos <i>spreads</i> e das taxas de juros.....	58

CAPÍTULO IV

4. OUTRAS VISÕES IMPORTANTES SOBRE O PROBLEMA

DO *SPREAD* NO BRASIL.....62

4.1. O problema das taxas de juros e do custo do crédito no Brasil – breves relatos ..	62
4.2. O <i>spread</i> bancário sob diversas óticas.....	66

CAPÍTULO V

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES79

5.1. Conclusão	79
5.2. Recomendações.....	81

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....82

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 – Balanço Patrimonial Bancário	26
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 – Taxa de juros de captação e empréstimo (% ao mês)	37
Gráfico 3.2 – <i>Spread</i> (% ao mês).....	37
Gráfico 3.3 – Impacto mensal da inadimplência – geral	40
Gráfico 3.4 – Componentes do <i>mark-up</i>	41
Gráfico 3.5 – Evolução do <i>Spread</i> Bancário até agosto de 2000 (% a.m).....	44
Gráfico 3.6 – Evolução do <i>Spread</i> – média de mercado (% a.a padronizada)	47
Gráfico 3.7 – Evolução do <i>Spread</i> Bancário até agosto de 2001 (% a.m).....	47
Gráfico 3.8 – Composição do <i>spread</i> até agosto de 2002.....	49
Gráfico 3.9 – Saldo das operações de crédito com recursos livres em R\$ - por Modalidade.....	52
Gráfico 3.10 – Composição do <i>Spread</i> até agosto de 2003	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 – O custo dos empréstimos e composição do <i>spread</i>	39
Tabela 3.2 – Evolução das taxas de juros e do <i>spread</i> bancário até out/00 (% a.a).....	43
Tabela 3.3 – Composição do <i>Spread</i> Bancário até ago/00 (%)	45
Tabela 3.4 – Volume de Crédito concedido até out/00 (saldo no final de mês em R\$ milhões)	46
Tabela 3.5 – Volume das operações de crédito por segmento e taxas de aplicação.....	46
Tabela 3.6 – Taxas médias mensais das operações de crédito com recursos livres entre out/01 a out/02 – Juros em % a.a e <i>spread</i> em p.p	48
Tabela 3.7 – Saldo das operações com recursos livres de out/01 a out/02 em R\$	50
Tabela 3.8 – Taxas mensais das operações de crédito com recursos livres Entre set/02 a set/03 – Juros em % a.a	51
Tabela 3.9 – Taxas médias mensais das operações de crédito com recursos livres – <i>Spread</i> em p.p	51
Tabela 3.10 – Saldo das operações de crédito com recursos livres entre set/02 a set/03 em R\$ - por modalidade.....	53
Tabela 3.11 – Taxas médias mensais das operações de crédito com recursos livres entre out/03 a out/04 - Juros em % a.a e <i>spread</i> em p.p.....	54
Tabela 3.12 – Saldo das operações de crédito com recursos livres entre out/03 a out/04 em R\$	54
Tabela 3.13 – Quadro comparativo das decomposições do <i>spread</i> bancário	57
Tabela 4.1 – Estrutura básica do <i>spread</i> bancário	72
Tabela 4.2 – Resultados do <i>spread</i> bancário – R\$ mil.....	73

RESUMO

Frente ao problema de alto custo e escassez do crédito no Brasil, este trabalho tem o objetivo de analisar o *spread* das instituições bancárias no país e compreender, assim, os fatores responsáveis por este quadro que tanto dificulta o desenvolvimento nacional.

Um apanhado das diversas óticas sobre este assunto é realizado. Com métodos de cálculo e comportamento nos últimos cinco anos do *spread*, além da enumeração de medidas auxiliares na redução do mesmo.

Dentre as muitas ações por parte do governo, algumas já vêm mostrando seus impactos na redução da diferença entre as taxas de captação e de aplicação dos recursos bancários e outras, porém, ainda não implantadas. O fato é que este objetivo necessita de um longo prazo para ser alcançado e que as ações sejam contínuas e eficientes.

Como resultado, o trabalho demonstra que o *spread* bancário nacional é formado tanto por componentes considerados fixos como por variáveis. Os primeiros podem ser reduzidos através da sua diluição com o aumento no número de operações creditícias, como no caso das despesas administrativas, por exemplo. Já os segundos dependem de ações externas e do ambiente macroeconômico propício para serem diminuídos, como mostra, por exemplo, o comportamento da inadimplência.

1. O PROBLEMA:

1.1. INTRODUÇÃO:

O papel fundamental do crédito numa economia deriva do fato de ele possibilitar as empresas elevarem seu nível de atividade, influenciar a demanda através do aumento do consumo, facilitar aos indivíduos a obterem moradia e outros bens, assim como na execução de projetos para os quais as empresas não disponham de recursos necessários o suficiente.

Infelizmente, dados do Banco Mundial (BM) (In: SISTER, 2004, p.1) revelam que o Brasil possui uma limitada oferta creditícia, se comparado a outros países com saudáveis taxas de crescimento econômico. Em 2002, o volume de crédito do setor privado representava 35% do Produto Interno Brasileiro (PIB), segundo BM. No Japão, a taxa era de 175% e no Chile de 68% do PIB.

Mesmo com um dos sistemas financeiros mais informatizados do mundo, o Brasil possui um elevado custo de crédito. Este é um sério problema para o país, considerando que o crédito é um dos fatores que determinam o crescimento de sua economia.

“Na conjuntura atual, acelerar o crescimento passa essencialmente por aumentar o ritmo de acumulação de capital e para atingir esse objetivo é primordial reduzir o custo do investimento” (PINHEIRO, 2003, p. 15).

Sendo assim, um dos grandes objetivos do Banco Central do Brasil (BACEN), principalmente a partir do ano de 1999, tem sido a redução do *spread* bancário, ou seja, da diferença entre o custo de captação do dinheiro no mercado e a taxa de juros cobrada sobre os empréstimos, na busca da redução do custo creditício que possa levar a uma maior oferta no volume de crédito e um impulso no crescimento econômico nacional.

1.2. FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO – PROBLEMA:

Partindo da constatação de que o crédito um dos fatores determinantes do crescimento econômico, faz-se necessário realizar um estudo sobre a formação do *spread* bancário no Brasil, reconhecer as variáveis responsáveis pela escassez e alto custo do crédito

nacional e expor medidas que amenizem a participação de cada um dos componentes do *spread* e que elevem, assim, a oferta creditícia no país.

1.3. OBJETIVOS:

1.3.1. OBJETIVO GERAL:

- Analisar a formação e os componentes do *spread* bancário no Brasil no período entre 1999 e 2004.

1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Explicar o conceito do *spread* bancário a partir da intermediação financeira.
- Ligar a redução do *spread* bancário ao aumento da oferta de crédito no país e seu crescimento.
- Fazer uma comparação entre os diversos pontos de vista a respeito da formação do *spread*.
- Relatar as possíveis medidas que possam elevar a disponibilidade de empréstimos por parte das instituições bancárias brasileiras.

1.4. METODOLOGIA:

Esta monografia faz uso do método analítico para estudar o *spread* bancário no Brasil. Assim, este objeto de pesquisa é analisado a partir de seus elementos internos e fatores externos que o condiciona na busca de uma relação de causa e efeito que justifique sua existência. O referencial teórico geral, deste trabalho, é o Banco Central a partir do seu projeto iniciado em 1999 e com avaliações anuais até então. Porém, fontes como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN), a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) fazem parte do referencial teórico específico da pesquisa. Métodos auxiliares também foram utilizados nesta investigação como

a observação e acompanhamento dos assuntos, estudos e pronunciamentos ligados ao *spread* bancário e a comparação entre dados de períodos e fontes diferentes.

Banco Central, principal fonte desta monografia, partiu da identificação e mensuração dos determinantes do *spread* das instituições bancárias, como cunha fiscal, custos operacionais e inadimplência. Os dados obtidos foram basicamente em forma de médias, inicialmente do período entre julho de 1994 e de 1999, e de uma amostra de 17 bancos. Após isto, foram feitas suposições e adotadas hipóteses simplificadoras que resultaram nas fórmulas utilizadas e, constantemente, aperfeiçoadas, por ele.

Assim sendo, este estudo é também caracterizado por seu objetivo avaliativo dos resultados alcançados, até então, pelo Banco Central, pelo seu conteúdo aplicado, e por seu procedimento técnico bibliográfico baseado em dados secundários divulgados por esta e outras instituições.

Estruturalmente, o trabalho apresenta cinco capítulos. O primeiro com uma breve introdução que serve de base para o desenvolvimento da pesquisa, contendo a situação – problema e os objetivos pretendidos. O segundo apresenta a formação do *spread* bancário a partir de conceitos e teorias a respeito dos sistemas financeiros. O terceiro demonstra o comportamento do *spread* nos últimos cinco anos, seu funcionamento no sistema financeiro nacional e sua relação com a taxa de juros e o crédito no Brasil. O quarto aborda importantes visões, além da do Banco Central, a respeito do problema da diferença entre a taxa de captação e de aplicação dos recursos bancários em nosso país e, por último, o quinto que faz uma conclusão sobre o trabalho e registra algumas recomendações para pesquisas posteriores sobre este tema.

2. A FORMAÇÃO DO *SPREAD* BANCÁRIO A PARTIR DO FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS FINANCEIROS:

Para entender o *spread* bancário é necessário que se tenha conhecimento de toda a estrutura na qual ele está inserido e funciona. O que este capítulo pretende é, justamente, fazer um apanhado sobre as relações financeiras e sua importância para o desenvolvimento do país; o papel dos intermediários destas, seus riscos e ganhos e as taxas de juros para, assim, compreender o *spread* no Brasil.

2.1. RELAÇÕES FINANCEIRAS:

No mercado financeiro há interação, basicamente, de duas classes de agentes. A primeira, denominada unidade superavitária, formada por indivíduos que possuem uma renda para o período superior aos seus planos de gastos corrente. O que os faz demandar ativos financeiros e ofertarem poupança como fonte de recurso para uso imediato de terceiros. A segunda, por sua vez, chamada deficitária, onde estão incluídos os agentes com pretensão de gasto maior do que a renda e que, por isto, demandam poupança financeira e emitem obrigações a serem salgadas no futuro.

Relações financeiras são aquelas que envolvem como agentes fundamentais unidades superavitárias e deficitárias, as quais transacionam meios que permitem a realização imediata de gastos desejados em troca de direitos sobre rendas futuras. Relações financeiras, portanto, envolvem a negociação de contratos em que se registram obrigações ativas e passivas por parte de unidades superavitárias e deficitárias, respectivamente. (CARVALHO, 2000, p. 238).

As duas classes em questão enfrentam decisões parecidas. Eles devem considerar o prazo da operação, os riscos inerentes na negociação, as garantias envolvidas, entre outras. Com a diferença que o agente superavitário analisa a remuneração que terá com o empréstimo fornecido e o deficitário o seu retorno com a aquisição do mesmo. Ambos avaliam o quanto à relação será rentável.

2.2. OS MERCADOS FINANCEIROS:

O conjunto das transações realizadas com obrigações emitidas pelos agentes deficitários ou pelos intermediários financeiros na busca de recursos forma os mercados financeiros. Esses são regulados por práticas de funcionamento e instituições, determinadas pelos agentes e pelo Estado, que podem variar, assim como os ativos e os riscos envolvidos, formando diversos segmentos.

O mercado financeiro, portanto, é composto por distinções, dentre elas destacam-se:

- **O Mercado de Crédito e o Mercado de Títulos:** Aqui a desigualdade está na natureza da transação financeira e no contrato que dela resulta. No primeiro, o mercado de crédito, a transação é individualizada e os agentes são identificados. As operações criam obrigações que, a princípio são intransferíveis e contratos que tendem a satisfazer uma demanda específica. Já o segundo, o de título, as regras são mais genéricas e os contratos são padronizados de forma a tornar os títulos semelhantes, substitutos entre si e que, na maioria das vezes, é negociável em mercados secundários.

Tanto mercados de crédito quanto mercados de títulos englobam, na verdade, diversos segmentos que obedecem a regras e motivações por vezes distintas. Assim, o mercado de crédito se desdobra em dois segmentos muito importantes, o de crédito de longo prazo e o de crédito de curto prazo. Mercados de títulos são ainda mais diferenciados. Neles transacionam-se não apenas papéis diferenciados de acordo com a duração do contrato, como também papéis que correspondem a compromissos de natureza econômica e jurídica diferentes. (CARVALHO, 2000, p. 240).

Mishkin (1998), no tocante ao prazo dos financiamentos, faz uma diferenciação entre Mercado de Dívidas e Ações. O primeiro utiliza, como instrumento, acordos contratuais, como uma hipoteca ou um título, por exemplo, com o montante dividido em parcelas com datas de pagamento definidas e a taxa de juros incluída que serão responsáveis pela liquidação do mesmo.

O **vencimento** de um instrumento de dívida é o tempo de vencimento daquele instrumento. Um instrumento de dívida é de **curto prazo** se seu vencimento é de menos de um ano, e é de **longo prazo** se seu vencimento é de dez anos ou mais. Títulos de dívida com vencimento entre um e dez anos são chamados de **médio prazo**. (MISHKIN, 1998, p. 16).

Já no mercado acionário os fundos necessários para o investimento são obtidos com a emissão de títulos de propriedade, como ações da Bolsa, por exemplo, que são direitos a uma parte dos ativos da empresa e de sua receita líquida.

- **O Mercado Primário e o Mercado Secundário:** Conforme o informado pelo próprio nome, o mercado primário refere-se à colocação inicial do título e o secundário às operações seqüentes. Aqui o primeiro tem maior participação como fonte de financiamento para agentes deficitários e o segundo, que quando de títulos públicos é também conhecido como Mercado Aberto (*open market*), como fornecedor de maior liquidez aos ativos envolvidos.

- **O Mercado Público e o Mercado Privado:** O mercado público dá a possibilidade igual de aproveitamento das vantagens para todos os participantes. Os termos dos contratos são acessíveis e conhecidos por todos. O mercado é competitivo e com tendência a formar um preço único para os contratos de igual natureza, como o que acontece nos pregões com ofertas de compra e venda anunciadas nas Bolsas de Valores, por exemplo. O mercado privado, por sua vez, não pode ser acessado por todos os participantes e suas condições são acordadas entre as partes envolvidas, como o que ocorre nas operações chamadas “de balcão”, por exemplo.

- **Mercado Monetário e Mercado de Capitais:** Conforme Mishkin (1998), neste caso a distinção entre mercados é baseada no vencimento dos títulos negociado em cada um.

O mercado monetário é um mercado financeiro no qual somente títulos de dívida de curto prazo (prazo de menos de um ano) são negociados. O mercado de capital é o mercado no qual dívidas de longo prazo (vencimento de um ano ou mais) e títulos de propriedade, como ações, por exemplo, são negociados. Títulos de mercado monetário são em geral mais amplamente negociados do que títulos de longo prazo e portanto tendem a ter maior liquidez. (MISHKIN, 1998, p. 17).

Os títulos de curto prazo tendem a flutuar menos que os de longo e, por isto, são considerados mais seguros para se investir. Muitas empresas e instituições bancárias usam o mercado monetário para ganhar juros sobre os excedentes dos fundos que consideram temporários. Já os títulos de longo prazo e as ações, do mercado de capital, são normalmente de propriedade de intermediários financeiros como seguradoras e fundos de pensão, que acreditam na disponibilidade da quantidade de fundos no futuro.

Para Cavalcanti e Misumi (2002) o Mercado do Dinheiro é composto por unidades econômicas superavitárias, ofertantes de recursos, e por deficitárias, dispostas a pagar um prêmio em forma de juros ou participação em seus lucros em troca de capital para

investimento. Além disto ele se subdivide em quatro segmentos básicos: O **Monetário**: de curtíssimo prazo, controlador da liquidez monetária econômica e intermediado; o de **Crédito**: de curto a médio prazo, que financia o consumo e o capital de giro empresarial, intermediado; o de **Câmbio**: à vista ou de curto prazo, que converge valores de moedas diferentes, com intermediação de bancos e auxiliares e o de **Capitais**: de médio a longo prazo, que financia os investimentos e o capital de giro e desintermediado.

O mercado monetário é, ainda, um importante meio de atuação do governo na busca da manutenção da liquidez econômica, do nível de emprego, da estabilidade dos preços e do crescimento da economia.

O completo exame dos mercados financeiros inclui os instrumentos utilizados nele. São considerados:

1- Instrumentos do Mercado Monetário: Os títulos da dívida deste mercado são, em geral, mais negociados do que os do mercado de capital. Por esta razão, possuem uma maior liquidez e, por serem de curto prazo, possuem baixa flutuação de preço. O que os torna mais seguros para investimentos. Os principais são:

- Letras do tesouro: São títulos de dívida de curto prazo do governo federal emitidos para financiar seus déficits.
- Certificados de Depósito Bancário (CDB):

É um recibo formal emitido por um banco, contra o recebimento de dinheiro aplicado no banco. Os CDBs são normalmente remunerados e, neste caso, pagáveis em data futura especificada ou depois de um pedido de resgate efetuado com aviso prévio. Alguns CDBs não rendem juros e, neste caso, devem ser pagos à vista ou em uma data futura. Os CDBs podem ser emitidos de forma negociável ou não negociável. Podem ser pagos apenas quando resgatados, com o endosso adequado, sendo contabilizado no razão geral do banco e não na conta individual de cada cliente. (COMPTON, 1990, p. 412).

- *Commercial paper*: é uma forma de financiamento direto mútuo entre grandes empresas e bancos por ser um instrumento de dívida de curto prazo emitido por estes a outros intermediários de igual porte para suprir necessidades imediatas de capital.

- Aceite bancário: Foi criado com a realização de negócios internacionais.

Um aceite bancário é um saque bancário (uma promessa de pagamento semelhante ao cheque) emitido por uma firma, pagável em alguma data futura, e garantido por uma taxa pelo banco que carimba o “aceite”. A firma emissora do instrumento é solicitada a depositar os fundos exigidos na sua conta para cobrir o saque. Se não o fizer, a garantia do banco significa que ele é obrigado a honrar o saque. A vantagem

para a firma é que o saque é mais fácil de ser aceito quando se compram bens no exterior porque o exportador estrangeiro sabe que, mesmo que a companhia compradora de bens vá à falência, o saque bancário será pago. (MISHKIN, 1998, p. 19).

- Acordos de recompra: São empréstimos de curtíssimo prazo em que as letras do Tesouro servem de garantia no caso de o tomador não cumprir com suas obrigações. Assim, o prestador compra estas letras de um banco, por exemplo, que concorda em recomprá-las ao final do prazo estipulado por ambos.
- Fundos Federais (FED): São empréstimos feitos de um banco para outro de seus depósitos no Banco Central (Federal Reserve) por considerarem, por exemplo, que não atingirão a quantia mínima de valor depositado exigida pelos reguladores.

Este mercado é muito sensível às necessidades de crédito dos bancos, logo a taxa de juros sobre estes empréstimos, chamada de taxa de fundos federais, é um barômetro, observado muito de perto, das condições de liquidez do mercado de crédito no sistema bancário e da postura da política monetária; quando está alto, ele indica que os bancos estão sem fundos, ao passo que quando está baixo, as necessidades de crédito dos bancos estão baixas. (MISHKIN, 1998, p. 19).

- Eurodólares: São os dólares americanos depositados em filiais estrangeiras de bancos americanos ou em bancos estrangeiros fora dos Estados Unidos e que podem ser tomados emprestados pelos bancos americanos na necessidade de capital.

2- Instrumentos do Mercado de Capital: Estes são os títulos de ações e de dívidas com prazo de vencimento acima de um ano e com preços mais variáveis que os instrumentos monetários. “As operações no mercado de capitais usualmente são de longo prazo e podem envolver a compra de participação acionária no empreendimento”. (CAVALCANTI; MISUMI, 2002, p. 19). Os principais são:

- Ações: São títulos que representam o capital de empresas e dão direitos sobre a receita líquida de seus ativos.
- Hipotecas: “As hipotecas são empréstimos a famílias ou firmas para a compra de moradia, terra ou outras propriedades imobiliárias, em que a estrutura ou a própria terra serve como garantia para os empréstimos”. (MISHKIN, 1998, p. 19). A hipoteca também pode servir como garantia do crédito.

a hipoteca é um importante documento que dá ao credor hipotecário um vínculo sobre o imóvel para garantir a dívida. Este vínculo pode ser exercido pelo credor apenas se o tomador faltar com os pagamentos. Qualquer que seja o conceito de hipoteca, porém, ela é a garantia básica para empréstimos imobiliários neste país. (REED;GIL, 1994, p. 382).

- Títulos de dívida de empresas: São títulos de longo prazo emitidos por empresas com classificações de crédito, os chamados *ratings*, muito fortes.

O título de dívida de empresa típico envia ao proprietário um pagamento de juros duas vezes por ano e paga o valor nominal quando de seu vencimento. Alguns títulos de dívida de empresa, chamados títulos de dívida conversíveis, têm a característica adicional de permitir que o proprietário os converta em um número específico de ações da bolsa a qualquer hora até a data de vencimento. Esta característica torna esses títulos de dívida conversíveis mais vantajosos para prováveis compradores do que os títulos de dívida sem ela, e permite que a empresa reduza seus pagamentos de juros, já que esses títulos podem aumentar em valor se o preço da ação valorizar suficientemente. (MISHKIN, 1998, p. 20).

Existe, hoje, uma crescente internacionalização dos mercados financeiros. Tal processo de globalização utiliza instrumentos como os bônus estrangeiros, que são títulos de dívida vendidos em países estrangeiros, e os eurobônus, um título denominado em moeda diferente do país ao qual é vendido.

2.2.1. A INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA:

As instituições financeiras podem participar do mercado realizando financiamentos de forma intermediada ou não. “As relações financeiras intermediadas são aquelas em que uma instituição financeira interpõe suas próprias obrigações no processo de canalização de recursos do prestador último ao tomador último” (CARVALHO, 2000, p. 242).

O processo de financiamento indireto usando intermediários financeiros, chamado **intermediação financeira**, é o caminho principal para movimentar fundos de prestadores para tomadores. Na verdade, apesar de a mídia concentrar grande parte de sua atenção em mercados de títulos, particularmente o mercado de ações, os intermediários financeiros são uma fonte de financiamento bem mais importante para as empresas do que os mercados de títulos. (MISHKIN, 1998, p. 22).

Desta maneira operam os bancos, ou seja, eles assumem obrigações com os depositantes e usam os recursos obtidos para comprar ativos, na forma de dívidas, dos tomadores de empréstimos. Isto faz o mercado de crédito ser intermediado.

De maneira contrária ocorre nos mercados de capitais em que o prestador último fica com as obrigações do tomador final, como no caso das ações emitidas pelas empresas junto a famílias, o que recebe o nome de relação desintermediada.

Existem fatores importantes na questão da intermediação financeira. Dentre eles estão os custos da transação e a base de informações. O primeiro diz respeito aos gastos vinculados aos financiamentos, como preparação e edição do contrato por exemplo, e pode decrescer com a economia de escala possibilitada pelos intermediários financeiros. Ou seja, as instituições intervenientes podem somar recursos de ofertantes de capital e fornecer empréstimos de maior valor que diminuam, relativamente, o custo da transação.

A questão da informação, por sua vez, está ligada ao fato de que, em geral, uma das partes envolvidas em operações de financiamento detém mais conhecimento do que a outra.

Para Mishkin (1998) esta situação é chamada de informação assimétrica e pode criar, principalmente, dois tipos de problemas no sistema financeiro:

- **Seleção Adversa:** Acontece antes da transação e é uma situação criada quando os tomadores potenciais de maior risco de não cumprir com suas obrigações são a maioria no mercado financeiro. O que os torna mais fácil de serem selecionados para um financiamento e gerar, assim, um resultado indesejável.
- **Risco Moral:** Ocorre após a transação.

O risco moral nos mercados financeiros é o risco de que o tomador se comprometa com atividades que sejam indesejáveis (imorais) do ponto de vista do prestador porque elas diminuem a probabilidade de que o empréstimo seja pago. Sendo assim, os prestadores podem decidir que o melhor é não conceder o empréstimo. (MISHKIN, 1998, p. 24).

Ambos problemas citados acima impedem o bom funcionamento dos mercados financeiros e podem ser minimizados com a intermediação. Isto acontece devido ao fato de os intermediários financeiros serem mais bem preparados para analisar riscos e criar bases de

informações importantes para a eficiência na canalização de recursos das fontes superavitárias para as deficitárias.

Já em concordância com Carvalho (2000), a informação é importante por ser ela a base de distinção entre os diferentes segmentos do mercado financeiro e decisiva na comparação entre relações intermediadas e desintermediadas. Na primeira a questão informativa é essencial uma vez que a instituição interveniente assume o risco de o tomador do empréstimo não realizar o pagamento do mesmo e tem a sua renda obtida através da diferença entre a taxa de captação do capital junto ao público e de sua aplicação junto aos demandantes de capital. Já na segunda, as relações desintermediadas, a informação entre os envolvidos é menos importante por serem, em geral, negociações anônimas em que as instituições intermediadoras tem seu ganho derivado de comissões de corretagem.

Isto faz com que as transações com a participação de instituições intermediadoras, como as do mercado de crédito, por exemplo, tendam a ser consideradas mais seguras uma vez que os envolvidos tem um maior conhecimento mútuo, ou seja, a base de informações de um em relação ao outro é maior, ao contrário do que acontece no mercado de capitais.

Tendo em vista a importância que os intermediários financeiros possuem na economia, é interessante demonstrar quais são os principais:

- **Instituições Depositárias:** São os Bancos e o nome está ligado a sua aceitação de depósitos para a concessão de empréstimos. Subdivide-se, basicamente, em:

- a) Bancos Comerciais: São instituições que atuam normalmente no curto e médio prazo ao captar recursos dos depósitos a vista e a prazo e canalizá-los para as empresas na forma de capital de giro.
- b) Bancos de Investimento: “Este tipo de banco atua no mercado de captais, não no crédito, e sua função é promover a colocação de papéis dos tomadores finais (empresas e governos) junto aos aplicadores finais”. (CARVALHO, 2000, p. 281).
- c) Bancos de Poupança: Financiam, no mercado de crédito, aquisições de imóveis, principalmente, residenciais.
- d) Cooperativas de Crédito: Atuam de maneira semelhante aos bancos comerciais, porém sem fins lucrativos e voltados para uma comunidade definida e, normalmente, com fundo de capital rotativo.

- **Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento:** Captam recursos com a colocação de seus papéis, conhecidos como letras de câmbio, e os utilizam no financiamento de bens de consumo durável para consumidores e de capital de giro empresarial.
- **Empresas Corretoras e Distribuidoras de Valores:** Promovem as negociações com títulos e agem como representantes dos clientes mais do que como intervenientes.
- **Companhias de Seguros:**

Estas instituições assumem obrigações contingentes junto ao público (isto é, obrigações cujo pagamento é ativado por uma contingência especificada, como a morte de seu titular, no caso do seguro de vida, ou de destruição de um determinado objeto etc.), financiadas pelo pagamento de *prêmios* pelo comprador daquela obrigação (denominado *apólice*). O *prêmio* é a denominação específica do valor pago pelo comprador do direito ao seu exercício na contingência especificada e não, como muitas vezes se pensa, o valor do seguro a ser recebido. (CARVALHO, 2000, p. 289).

Além destas principais, existem outras instituições desenvolvendo atividades no mercado financeiro como, no caso do Brasil, as empresas de arrendamento mercantil e de *factoring*.

2.3. OS SISTEMAS FINANCEIROS:

Um sistema financeiro é formado pelo conjunto de seus mercados e é responsável:

- Pela canalização de recursos das unidades superavitárias para as deficitárias, impulsionando, assim, o crescimento da economia, o uso de seus recursos de maneira mais eficiente, e contribuindo para a manutenção do bem estar social e do nível de emprego.
- Pela organização e operação dos sistemas de pagamento da economia, importantes para seu adequado funcionamento.
- Pela criação de ativos de acordo com o perfil e volume necessários para a satisfação dos poupadores.

O modo como acontece a interação entre os mercados e as instituições financeiras forma a estrutura do sistema que o define.

Essas estruturas são, por sua vez, o resultado de dois conjuntos de influências. De um lado, encontramos os determinantes técnicos da atividade financeira, como o desenvolvimento de sistemas modernos de contabilidade financeira ou a

possibilidade de aplicação de inovações tecnológicas desenvolvidas nos setores de comunicações e informática à atividade bancária e financeira. Esses fatores aumentam a eficiência com que operam os sistemas financeiros e acentuam eventuais vantagens que um tipo de estrutura possa ter sobre os outros, imprimindo uma tendência à homogeneização das estruturas financeiras. (CARVALHO, 2000, p. 249).

A estrutura do sistema financeiro varia, basicamente, no que tange ao tipo de contrato resultante da operação entre as partes envolvidas e da função exercida pelas instituições na elaboração dos mesmos. O que acaba por formar:

- **Sistemas financeiros baseados em Mercado e em Crédito:** Nos primeiros os financiamentos são supridos com a colocação de papéis no mercado monetário e de capitais. Já nos segundos, baseados em Crédito, ocorre a predominância das relações creditícias, em sua maioria, operacionalizadas pelos bancos comerciais.

As relações diretas entre os aplicadores e os tomadores, desenvolvidas nos mercados de capitais, só são possíveis em conjunto com sistemas legais sofisticados o suficiente para a providenciação de títulos financeiros com a os direitos e as obrigações dos envolvidos, além das características da transação, expressos e estar de acordo com os objetivos e as preocupações gerais do mercado. Essas especificações fazem as relações desintermediadas serem mais comuns em países financeiramente mais desenvolvidos, como nos Estados Unidos, e a intermediação, principalmente o crédito bancário, mais comum em sociedades menos avançadas do ponto de vista financeiro, como no caso do Brasil.

- **Sistemas financeiros segmentados e de banco universal:**

Sistemas financeiros segmentados são aqueles em que diferentes segmentos do mercado financeiro são operados por instituições específicas. Neste caso, a tomada de depósitos e oferta de empréstimos de prazos mais curtos, por exemplo, são exclusivos de *bancos comerciais*, que não podem, por sua vez, operar em outros segmentos, enquanto a operação com papéis privados é exclusiva de bancos de investimento, impedidos, por sua vez, de captar depósitos à vista etc. Nesta forma de organização, a diferença de funções exercidas no mercado financeiro corresponde uma diferença na personalidade jurídica das instituições financeiras. (CARVALHO, 2000, p. 301).

De forma contrária organizam-se os bancos universais, que são, a princípio, autorizados a realizar operações em todos os segmentos do mercado.

2.3.1. O SISTEMA FINANCEIRO DO BRASIL:

Segundo Carvalho (2000), o sistema financeiro nacional (SFN) possui um elevado grau de sofisticação e é bem diferenciado dos de outros países de igual ou superior nível de desenvolvimento econômico. Nele há predomínio de pequeno número de grandes bancos universais, mas há, também, um mercado de capitais bem desenvolvido e competitivo.

A estrutura de tal sistema é constituída por dois subsistemas:

- **Normativo:** que regula e controla o operacional e divide-se em:

- a) CMN – Conselho Monetário Nacional: Órgão deliberativo da cúpula do SFN com atribuições de estabelecer as diretrizes gerais e disciplinar os instrumentos da política creditícia, monetária e cambial, além de regular e fiscalizar o funcionamento das instituições financeiras.
- b) BACEN – Banco Central do Brasil: Entidade autárquica e executiva vinculada ao Ministério da Fazenda com a função de fazer cumprir as normas do CMN e da legislação em vigor. Deste modo, tal instituição é responsável pela emissão e controle da moeda, pelo financiamento do Tesouro Nacional, pelo depósito das reservas externas, pelo recolhimento do compulsório e o redesconto aos bancos, dentre outros.
- c) CVM – Comissão de Valores Mobiliários: Entidade autárquica, ligada ao Ministério da Fazenda, com competência de garantir o bom funcionamento dos mercados de bolsa e de balcão, estimular a formação de poupança e seu uso no mercado de valores mobiliários, promover a expansão do mercado de ações, dentre outras.
- d) BB – Banco do Brasil: Tem funções de agente financeiro do Governo Federal, como executor de políticas de crédito rural e industrial, e de banco comercial.
- e) BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social: Empresa pública vinculada ao Ministério do Planejamento e responsável pela execução das políticas de investimentos do Governo Federal.

- **Operacional:** constituído pelas instituições públicas e privadas participantes do mercado financeiro já citadas anteriormente.

2.4. OS BANCOS:

Dentre os intermediários financeiros, os bancos são os que possuem maior importância. Para entender seu funcionamento é necessário analisar seu balanço patrimonial e o modo como ele relaciona suas fontes de recursos com suas aplicações:

- **Passivos:** é o conjunto de obrigações adquiridas pelos bancos dos quais fazem parte:

a) Produtos de Captação: São instrumentos usados pelas instituições bancárias para obter recursos. Dentre eles, destacam-se:

- Depósitos à vista: são os valores depositados em conta corrente sem correção de juros e que dão, ao seu titular, a possibilidade de emissão de cheques, ou seja, de ordenar pagamentos à vista.

- Depósitos a prazo: são valores não transacionais em poder do banco dos quais os detentores recebem, como prêmio pela iliquidez, a correção do capital de acordo com uma taxa de juros e existem sob a forma de CDB's ou de poupança.

- Caderneta de Poupança: tradicional no mercado, ela tem a remuneração igual em todos os bancos (0,5% a.m de juros somados à Taxa de Referência – TR) e é direcionada conforme normas do BACEN.

b) Empréstimos do BACEN: “Fazer empréstimos junto ao Banco Central ou um banco correspondente e um método de adquirir fundos para ajustar a posição de reserva e, conseqüentemente, a posição de liquidez de um banco.”(REED, 1994, p. 176). É uma assistência financeira de liquidez fornecida pelo prestador de última instância, no caso o BACEN, aos bancos e que pode ocorrer na forma de empréstimos com garantias ou de redesconto,

neste caso, o Banco Central desconta títulos elegíveis, por ele definido, à taxa de juros previamente definida para essas operações, sendo a escolha dos títulos elegíveis como garantias nas operações de assistência de liquidez uma forma de criar demanda para esses papéis, em que os títulos eleitos mais comuns são os de dívida pública. (CARVALHO, 2000, p. 134).

c) Empréstimos captados no Interbancário: são empréstimos que os bancos podem fazer com outras instituições por prazo, normalmente, curtíssimos.

d) Patrimônio Líquido: é o capital do banco e equivale à diferença entre os ativos e os passivos do mesmo.

- **Ativos:**

Um banco utiliza os recursos que adquiriu emitindo passivos para comprar ativos geradores de receita. Os ativos bancários são, portanto, chamados *utilizações de recursos*, e os juros recebidos, sobre estes é o que faz com que os bancos tenham lucros. (MISHKIN, 1998, p.141).

Os principais são:

- a) Reservas: são os saldos de depósitos mantidos no BACEN e se dividem em: compulsórias, exigidas por lei e representa uma determinada fração do total de depósitos que os bancos devem reservar aos cuidados do Banco Central com o objetivo de manter a liquidez do mercado; voluntárias, que se subdividem em primárias, mantidas no caixa do BACEN para saque imediato e secundárias, mantidas em títulos de alta liquidez e que, por terem um rendimento, ainda que pequeno, acaba por minimizar a desvantagem das primárias.
- b) Títulos públicos de longo prazo: usados como fonte de investimento dos bancos.
- c) Caixa: é a parte dos ativos que os bancos deixam disponíveis de acordo com os resgates de depósitos esperados.
- d) Produtos de Aplicação: São operações nas quais as instituições financeiras ofertam recursos e que, por serem direitos que os bancos tem sobre os tomadores, são chamadas de ativas. Os principais são:
 - Financiamentos para investimentos: são linhas de crédito de longo prazo que financiam o funcionamento ou a instalação de empresas em que os bancos atuam mais como repassadores de recursos de instituições como o BNDES, por exemplo.
 - Financiamentos de Capital de Giro: são linhas de crédito de curto prazo que financiam custos empresariais e dividem-se em crédito fixo, rotativo e desconto de recebíveis.
 - Financiamentos à Exportação: são operações destinadas aos exportadores brasileiros lastreadas em documentos representativos de suas vendas emitidos por eles, onde as principais forma são: Adiantamentos sobre os contratos de câmbio (ACC) e adiantamentos sobre os cambiais entregues (ACE).
 - Financiamentos à Importação: são financiamentos ao importador através de recursos captados no exterior.
- e) Imóveis e Equipamentos: é o conjunto de bens e patrimônios dos bancos.

QUADRO 2.1: Balanço Patrimonial Bancário

Ativos	Passivos
<ul style="list-style-type: none"> - Caixa - Títulos Públicos de Curto Prazo (reservas secundárias) - Reservas - Produtos de Aplicação - Imóveis e Equipamentos 	<ul style="list-style-type: none"> - Produtos de Captação - Empréstimos do BACEN (redesconto) - Empréstimos captados no Interbancário - Patrimônio Líquido
TOTAL	TOTAL

2.4.1. ADMINISTRAÇÃO BANCÁRIA:

De maneira geral os bancos lucram com a venda de passivos combinados em diferentes níveis de liquidez, rendimento e risco e com a aquisição de ativos. A transformação de ativo, realizada por tal instituição, consiste em ela converter um ativo do depositante em seu ao conceder um empréstimo com o capital de seus clientes. Este fato possibilita aos bancos oferecer recursos de longo prazo financiados com depósitos de curto prazo.

A boa lucratividade bancária depende, assim, da transformação dos ativos e da qualidade e baixo custo dos serviços prestados.

Dentre as diversas preocupações de um administrador bancário, quatro são as principais:

- **Administração de Liquidez:** é a manutenção de ativos líquidos o suficiente para atender a demanda por saques de depósito. Quando o banco tem capital o suficiente em caixa, as retiradas de capital não modificam seu balanço patrimonial. No caso contrário, ele tem alternativas como: Vender alguns títulos, o que inclui custos de transação dependendo das características deles; Adquirir empréstimos do BACEN, tendo que pagar a taxa de redesconto cobrada por esta instituição e, a última opção, é fazer uma redução de seus empréstimos

concedidos através ou da não renovação dos mesmos em seus vencimentos, o que pode afastar os clientes, ou da venda destes ativos para outros bancos, que pode ser difícil e dispendiosa.

Isto explica o fato de os bancos manterem reservas voluntárias mesmo com outras opções bem mais rentáveis. Pois tais recursos asseguram a instituição contra os custos ligados à retirada de depósitos.

- **Administração de Ativos:** “Para maximizar seus lucros, um banco deve simultaneamente buscar os rendimentos mais altos possíveis sobre empréstimos e títulos, reduzir os riscos e fazer as provisões adequadas à liquidez mantendo ativos líquidos”. (MISHKIN, 1998, p. 145). Existem quatro maneiras básicas de se chegar a estes objetivos:

- a) Procurar tomadores de empréstimos dispostos a pagar elevadas taxas de juros e que tenham pouca probabilidade de não cumprirem com suas obrigações;
- b) Adquirir títulos que ofereçam baixo risco e altos retornos;
- c) Diversificar a carteira de ativos objetivando diluir os riscos envolvidos;
- d) Manter reservas o suficiente para que não seja necessário recorrer à outras fontes de recursos para cobrir os saques de depósitos.

- **Administração de Passivos:**

Em um sentido amplo, a administração do passivo consiste nas atividades envolvidas na obtenção de fundos dos depositantes e outros credores e na determinação da composição apropriada de fundos para um banco em particular. Em um sentido mais limitado, a administração do passivo tornou-se conhecida com as atividades envolvidas na suplementação das necessidades de liquidez recorrendo sempre que necessário ao empréstimo de fundos. (REED;GILL, 1994, p. 166).

Aqui é, também, importante a consideração dos riscos e das diferenças entre o custo da obtenção de fundos e do retorno potencialmente obtido no investimento destes em empréstimos ou em valores mobiliários. A relação entre a administração do ativo e do passivo é determinante da rentabilidade bancária.

Reed e Gill (1994) ainda afirmam que, para a ampliação dos lucros dos acionistas do banco, é necessário que esta instituição chegue a um elevado grau de alavancagem financeira considerando que

O negócio dos bancos comerciais é tomar dinheiro emprestado (na maior parte dos depositantes) e emprestá-lo ou investi-lo a uma taxa mais alta. É este negócio de um intermediário financeiro, que age como mensageiro para os que têm e os que

precisam de fundos. A atividade de emprestar dinheiro para aqueles que têm alta reputação em termos de crédito e investir em títulos de alta qualidade resulta em margens de lucro relativamente baixa, quando comparadas com as margens obtidas pelas corporações não-financeiras. (REED;GILL, 1994, p. 167).

- **Administração de Proporcionalidade de Capital:** Esta é necessária devido, principalmente, a três fatos:

- a) Falência Bancária: é necessário que um banco mantenha capital o suficiente para evitar as chances de insolvência.
- b) Rendimento dos Acionistas: os acionistas podem ter preferência por uma instituição bancária de capital não muito elevado para que o rendimento de suas ações seja maior, uma vez que este resulta da divisão do lucro líquido do banco após os impostos pelo seu capital de ações.

O capital do banco beneficia seus proprietários porque torna seus investimentos mais seguros, reduzindo a probabilidade de falência. Porém, o capital bancário é dispendioso porque, quanto mais alto ele for, mais baixo será o rendimento das ações para um determinado rendimento dos ativos. Para determinar a quantidade de capital bancário, os gerentes devem decidir o limite de garantia que acompanha o capital mais alto (o benefício) que estão dispostos a trocar pelo retorno mais baixo sobre as ações, que acompanha o capital mais alto (o custo). (MISHKIN, 1998, p. 148).

c) Exigência das autoridades reguladoras: isto ocorre devido ao fato dos gerentes bancários preferirem manter um capital baixo por ele ser custoso para a instituição.

Ao realizarem empréstimos e buscarem a maximização dos lucros, os bancos ficam sujeitos a uma série de riscos e que, assim, devem ser administrados. Os principais são:

- **Risco de Crédito:** é a probabilidade de o banco não conseguir reaver o capital emprestado.
- **Risco de Taxa de Juros:** é o risco dos rendimentos e dos ganhos ligados às mudanças nas taxas de juros. Um banco, por exemplo, em um momento de elevação desta taxa, terá seus lucros reduzidos caso tenha mais passivos com taxas flutuantes do que ativos.
- **Risco de Liquidez:** refere-se á possibilidade de não encontrar fontes de financiamento de curtíssimo prazo no momento necessário.
- **Risco de Mercado:** é um risco acarretado pelos investimentos e ligado às condições, muitas vezes instáveis, do mercado e da procura pelos títulos no momento que o banco precise negociá-los.

- **Risco de Câmbio:** Surge do fato de que as taxas cambiais monetárias estão sujeitas à mudanças decorrentes da economia do país e de sua estabilidade, ou não, política.
- **Risco Operacional:** É a probabilidade de perda direta ou indireta resultante de inadequação ou falhas dos processos internos da empresa, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

A rentabilidade é outro fator importante na administração dos bancos.

O conceito de *rentabilidade* demonstra a qualidade com que a instituição administrou seus recursos e a eficácia com que desempenhou seu trabalho. Uma rentabilidade alta ou em ascensão constitui a única maneira pela qual um banco pode expandir suas operações a longo prazo e induzir os investidores a comprar novas ofertas de suas ações ou títulos de dívida. (COMPTON, 1990, p. 249).

Para Reed e Gill (1994), dentre os diversos índices desenvolvidos para demonstrar a rentabilidade bancária, para uso tanto de análise de investimentos como de gerenciamento interno ou até das autoridades regulamentadoras, as medidas mais usadas são:

- **Retorno sobre o Ativo** (ROA – *return on assets*): é obtido através da divisão da receita líquida do banco, pela média total de seu ativo durante um período e tem maior validade na comparação das rentabilidades interbancárias.
- **Retorno do Patrimônio Líquido** (ROE – *return on equity*): é calculado dividindo-se a receita líquida bancária pela média do patrimônio líquido total e demonstra o que a instituição ganha sobre os investimentos dos acionistas.
- **Margem Líquida:** mede o *spread* entre a diferença entre receita de juros e despesa com juros do banco.

Já Compton (1990) cita, além do ROA e do ROE, o índice de capitalização e os lucros por ações ou títulos da dívida. O primeiro como sendo o resultado da divisão do capital do banco pelo seu ativo e o segundo a divisão do resultado líquido bancário pelo número médio de ações de seu capital em circulação durante determinado período.

2.4.2. RISCO DE CRÉDITO:

Em conformidade com a classificação do Core Principles for Effective Banking Supervision (Bank for International Settlements/BIS, 1997), o risco de crédito possui cinco principais tipos:

- 1- **Risco de Inadimplência:** representa a possibilidade de o tomador do empréstimos não honrar seus compromissos com a instituição.
- 2- **Risco de degradação da garantia:** que é o risco do bem oferecido em garantia da operação de desvalorizar ou degradar.
- 3- **Risco de concentração de crédito:** ocorre quando somente uma pessoa ou um grupo conseguem ter acesso aos recursos bancários ofertados.
- 4- **Risco de degradação do crédito:** é a perda na qualidade de crédito do seu tomador causada por uma queda no valor de sua obrigação.
- 5- **Risco soberano:** está vinculado à possibilidade de perda em transações internacionais.

O problema do risco de crédito torna necessário que os bancos tomem atitudes constantes com o objetivo de elevar a probabilidade de retorno do capital emprestado.

Para serem lucrativas, as instituições financeiras devem superar os problemas de seleção adversa e risco moral que aumentam a probabilidade de inadimplência em empréstimos. Os métodos utilizados pelas instituições financeiras para mitigar esses problemas ajudam a explicar uma série de princípios de administração de riscos de crédito: filtragem e monitoramento, o estabelecimento de relações de longo prazo com os clientes, compromissos de empréstimos, garantias, exigências de saldo mínimo e racionamento de crédito. (MISHKIN, 1998, p. 149).

- **Filtragem:** é um método contra a informação assimétrica no qual o banco coleta dados confiáveis sobre os tomadores potenciais de recursos e seleciona os melhores sob a ótica do retorno do capital.
- **Especialização no fornecimento de empréstimos:** acontece quando a instituição não diversifica sua carteira de empréstimos o que acaba por expor o banco a um risco maior mas, em compensação, ele fica com uma maior base de conhecimento dos demandantes.
- **Monitoramento e Cláusulas restritivas:** são meios que os bancos podem usar para evitar o risco moral.
- **Relações de longo prazo com o cliente:**

As relações de longo prazo beneficiam tanto o cliente quanto o banco. Uma firma que tenha um relacionamento prévio com o banco terá mais facilidade de conseguir o

empréstimo com taxas de juros baixa porque o banco pode determinar mais facilmente se o possível tomador é um bom risco de crédito, gastando menos em monitoramento. (MISHKIN, 1998, p.150).

- **Linhas de crédito:** são compromissos que o banco assume, por um determinado tempo, de conceder empréstimos a uma firma específica até um certo valor e com uma taxa de juros pré-estabelecida.
- **Garantias e Saldo mínimo:** a primeira é a propriedade que o tomador do empréstimo promete ao concessor no caso do não pagamento do capital e o segundo, o saldo mínimo, é um valor exigido pelo banco para ficar em seu poder durante o prazo da operação e que tem o objetivo igual ao das garantias.
- **Racionamento de crédito:** é a recusa das instituições bancárias em fornecer empréstimos e pode ser total, quando independa da quantia, ou parcial, quando o valor concedido é inferior ao necessitado pelo tomador.

2.4.3. A TAXA DE JUROS:

A taxa de juros é “a taxa pela qual se pode tomar ou conceder empréstimos em dinheiro.” (PINDYCK, 2002, p. 537). Segundo a Teoria Clássica dos Fundos Empréstáveis (In: CARVALHO, 2000),

a taxa de juros é o “preço” que equilibra a demanda por recursos para investir (determinada pela produtividade potencial do investimento) e a propensão de abster-se do consumo imediato. Em outras palavras, a taxa de juros seria o fator equilibrante que determina a igualdade entre a demanda de poupança, resultante do investimento novo que pode ser realizado a uma determinada taxa de juros, e a oferta de poupança, estabelecida a partir da propensão da comunidade a poupar. (CARVALHO, 2000, p. 43).

Já de acordo com Keynes (In: CARVALHO, 2000), tal taxa é a recompensa pela dispensa da liquidez, ou seja, ela é a recompensa por não entesourar ao invés de pelo aguardo do consumo. A taxa de juros, segundo este pensador, é o que se ganha ao aplicar em outros ativos financeiros que não a moeda.

Na visão de Compton (1990), as taxas de juros cobradas pelas instituições bancárias refletem, em conformidade com os limites legais existentes, o fato de o dinheiro ser um produto com o preço oscilante em razão da sua oferta e procura. A taxa cobrada pelos

empréstimos é, geralmente, uma combinação de uma série de fatores cujos principais são: o custo dos fundos para o banco, sua disponibilidade, o prazo do empréstimo e o seu grau de risco considerado pela instituição bancária.

Os fundos que um banco utiliza para efetuar esses empréstimos normalmente vêm da captação de depósitos do banco. Para obter outros depósitos, o banco incorre em custos de juros pagos aos depositantes. Uma vez que a maior parte da base de depósitos de um banco consiste de depósitos a prazo e depósitos de poupança, que rendem juros, o banco deverá assegurar-se de que sua receita de juros sobre os empréstimos seja mais alta do que seus pagamentos de juros sobre os depósitos. A margem entre os dois é conhecida por *receita líquida*, ou a *spread*. (COMPTON, 1990, p. 210).

A solicitação de empréstimos tende a aumentar de acordo com a elevação das atividades comerciais. O que não significa que haverá recursos disponíveis para oferta naquele determinado período. Nestes casos, os bancos podem fazer uma revisão da sua política de empréstimos e alocar o capital escasso para os clientes que, a princípio, estejam mais necessitados. Porém, em épocas de maior disponibilidade de recursos, tais instituições podem até procurar clientes e ofertar novos tipos de financiamentos.

As taxas de juros normalmente são afetadas pelo grau de risco que os bancos percebem através da avaliação de critérios como a credibilidade do tomador e o prazo da operação pretendida. Sendo que, em casos de empréstimos de maior prazo, a taxa tende a ser variável como forma de amenizar a incerteza do recebimento e a possível deterioração do crédito frente a acontecimentos não previstos.

Tanto as taxas pagas como as cobradas, definidas pelo agente financeiro, partem da taxa básica de juros. Uma vez por mês, ou mais quando necessário, o Comitê de Política Monetária (COPOM) se reúne para a definição dessa taxa e do viés de baixa, alta ou neutro. Após isto, o BACEN realiza leilões de títulos públicos onde estes são colocados junto às instituições financeiras no mercado primário.

A fixação dessa taxa vai depender de um conjunto de fatores dos quais os principais são: a credibilidade do país, seu nível de reservas cambiais, a dívida pública interna, a inflação, a estabilidade econômica interna e externa e a taxa de juros dos países desenvolvidos.

Da taxa básica de juros nasce a taxa *over*, uma taxa nominal e mensal (efetiva de um dia multiplicada por trinta) que o mercado adotou para mensurar os ativos financeiros e

orientar os bancos na definição tanto de suas taxas de depósitos interfinanceiros (DI) como nas operações do mercado secundário de títulos públicos. Essas são registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e, na efetivação do negócio, os títulos são transferidos para a instituição compradora e, em contra partida, os recursos creditados na conta de reservas bancárias da instituição vendedora. É interessante frisar que o SELIC é um sistema computadorizado *on line* e acessado apenas por credenciados.

As operações realizadas no mercado secundário de títulos públicos originam a Taxa Média Selic (TMS) que, em conjunto com a taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), sinalizam os limites das taxas de captação e de aplicação para o cliente final.

É importante salientar que os CDI's são títulos emitidos pelos bancos, lastreiam as operações interbancárias, seu mercado está livre da intervenção do BACEN e suas operações são fechadas eletronicamente e registradas na Central de Custódia e Liquidação de Títulos Privados (CETIP).

Nas operações passivas, principalmente nos depósitos a prazo, os bancos formam suas taxas de captação a partir de informações do mercado financeiro, como a taxa básica de juros, a TMS, taxas do CDI e outras variáveis do mercado. Já nas operações ativas, tais instituições formam suas taxas considerando o custo financeiro de captação, a margem de ganho, os depósitos compulsórios, os riscos envolvidos, a tributação, dentre outros fatores pertencentes à esta empresa.

Partindo do princípio que a variação das taxas de juros vai modificar o balanço patrimonial dos bancos, o ideal é que eles tenham seus passivos e ativos com taxas flutuantes em equilíbrio para que uma elevação em tais taxas, por exemplo, não eleve o passivo bancário e diminua, assim, sua lucratividade.

2.4.4. O SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL:

As taxas de juros brasileiras estão atualmente entre as mais elevadas do mundo. Isso se deve, em parte, às condições macroeconômicas que caracterizaram o período recente, e que hoje começaram a reverter-se. No entanto, essa é só a parte da explicação, pois a diferença entre as taxas de juros básicas (de captação) e as taxas finais (custo ao tomador), a qual denominamos de spread, também tem sido expressiva...(BACEN, 1999, p.3).

A diferença entre as taxas de juros de aplicação e de captação, denominada *spread*, é uma variável importante em qualquer sistema financeiro. Quando ela é muito elevada gera uma restrição ao crescimento econômico devido ao baixo retorno obtido nos depósitos e poupanças, além do encarecimento do crédito. O que desestimula, assim, tanto o poupador quanto o investidor.

Países em desenvolvimento, como o Brasil, tendem a possuir altas taxas de *spread* na intermediação financeira conseqüentes, principalmente, de fatores iguais aos elevados custos operacionais, elevadas taxas de inflação e tributação, entre outros. O déficit público do país também é um importante vilão do desenvolvimento destas economias, uma vez que ele tende a ser suprido com recursos bancários. Ou seja, o governo passa a competir com a sociedade na tomada de crédito por ser o principal demandante de recursos do sistema.

Com os elevados gastos e a conseqüente necessidade de capital, os governos dos países em desenvolvimento oferecem às instituições financeiras uma taxa de juros superior à que eles ganhariam caso emprestassem o dinheiro. Desta forma, os bancos preferem aplicar o recurso disponível em títulos públicos ao invés de ofertá-lo ao público. Tal situação resulta em uma escassez e encarecimento do crédito, restritivos do crescimento econômico através dos investimentos nacionais.

Um outro fator que tendia a ser problemático para o *spread* brasileiro eram os desequilíbrios na Balança de Pagamentos. Até o ano de 1999 eles eram amenizados com uma elevação nas taxas de juros domésticas, o que elevava o retorno esperado sobre os depósitos em dólar, aumentava o nível da moeda estrangeira no país e, conseqüentemente, valorizava a moeda interna.

A partir do ano de 1999, a taxa de câmbio brasileira passou a ser flutuante e, com isto, auxiliar a manutenção do equilíbrio externo e fazer com que as elevadas taxas de juros não fossem mais tão necessárias no equilíbrio do balanço de pagamentos do país.

A austeridade fiscal alcançada através do Programa de Estabilidade Fiscal, iniciado no final de 1998 pelo governo federal, serviu para aliviar a pressão inflacionária e restabelecer perspectivas de crescimento da economia com preços estáveis. A união destes dois fatores, austeridade fiscal e elevação da confiança da sociedade no resultado dos programas, torna possível a diminuição das taxas básicas de juros e, conseqüentemente, uma queda no custo dos empréstimos para os tomadores finais.

A perspectiva de queda nas taxas de juros básicas e de redução do spread bancário, com as medidas ora propostas, impulsionará a demanda interna. Isso ocorrerá a partir do aumento da oferta de crédito na economia, gerado, entre outros fatores, pelas recentes quedas nas alíquotas do compulsório sobre depósitos à vista e a prazo, e pelo estímulo à concessão de empréstimos em ambiente de economia em crescimento. (BACEN, 1999, p. 4).

Frente a esta situação, o Banco Central considerou importante realizar um trabalho analítico da identificação e a explicação dos componentes do *spread* bancário e que resultou em um estudo, realizado pelo seu Departamento de Estudos e Pesquisas (DEPEP) e divulgado em maio de 1999, anualmente revisado de acordo com a mudança na participação de cada fator do *spread*.

3. O COMPORTAMENTO DO *SPREAD* BANCÁRIO: SEU FUNCIONAMENTO E SUA RELAÇÃO COM A TAXA DE JUROS E O CRÉDITO NACIONAL:

Entendido, na teoria, o funcionamento do sistema financeiro, o papel dos intermediadores, a importância do crédito no desenvolvimento nacional e, principalmente, o problema que o risco de crédito representa para a oferta deste, é necessário observar como ocorrem as modificações nas taxas de juros, nos *spreads* bancários e no volume de crédito ofertado no Brasil.

Este capítulo tem, frente a isto, o objetivo de analisar o comportamento destes dados nos últimos cinco anos a partir de dados divulgados pelo Banco Central, de estudar os componentes do *spread* bancário, entender as metodologias utilizadas no cálculo deste e as atitudes governamentais tomadas com o objetivo de incentivar o crescimento econômico do país através da elevação do montante de crédito concedido.

3.1. A ESTIMAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO *SPREAD* BANCÁRIO – A VISÃO DO BANCO CENTRAL:

Iniciado no final do ano de 1998, o Programa de Estabilidade Fiscal, proporcionou uma austeridade fiscal que aliviou as pressões inflacionárias do período e, com isto, contribuiu para o restabelecimento das perspectivas de crescimento econômico e estabilidade dos preços no Brasil.

A partir do início de 1999 a taxa de câmbio flutuante passou a auxiliar a manutenção do equilíbrio externo. Diminuindo, assim, a necessidade de elevadas taxas de juros para equilibrar o balanço de pagamentos.

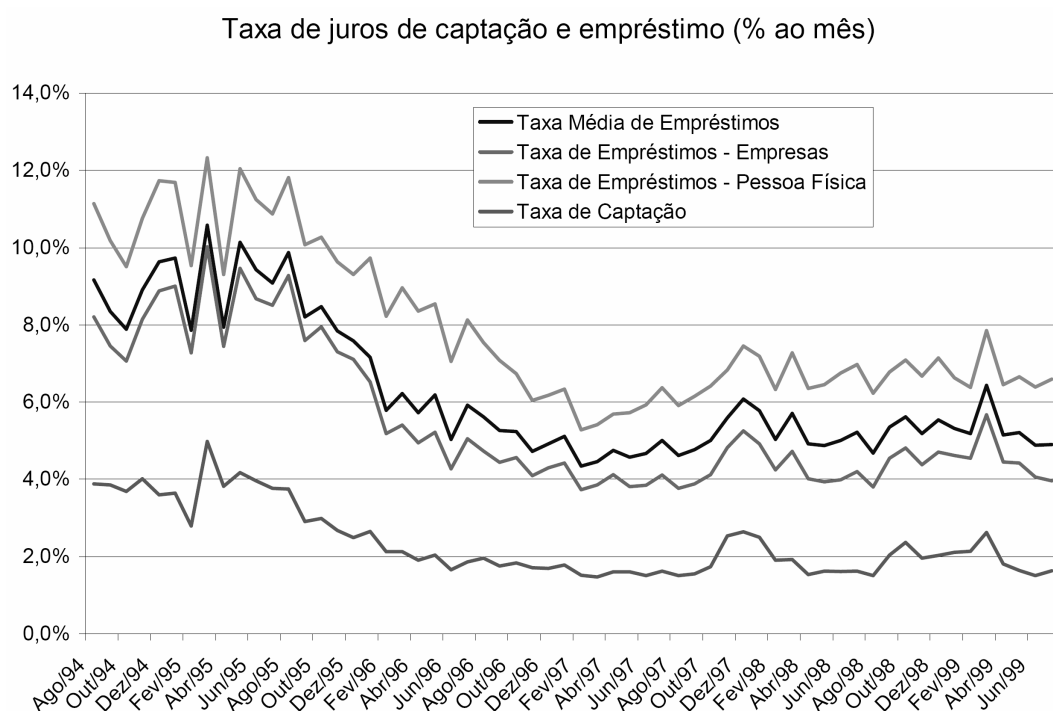
Neste contexto, autoridades monetárias passam a almejar o crescimento econômico do país através da queda em tais taxas básicas responsável pela alavancagem da demanda interna e aumento da oferta creditícia. Com isto, o Departamento de Estudos e Pesquisas (DEPEP) do Banco Central inicia, em 1999, um estudo sobre a taxa de juros e o *spread* bancário no Brasil.

A grande dificuldade desta instituição, no trabalho que ela se propôs, era determinar e mensurar os fatores responsáveis pelo *spread* no período após o Plano Real, entre julho de 1994 a julho de 1999, com a finalidade de entender o comportamento da taxa de juros

nacional. Assim, na medida em que os obstáculos surgiam, trabalhos em paralelo eram desenvolvidos com o objetivo de dar sustentação e continuidade à análise principal.

Com base nos dados divulgados pelo BACEN, que por ele foram obtidos através da transação PEFI300 do SISBACEN, as taxas médias de empréstimos para pessoas físicas e jurídicas podem ser expressas no gráfico 3.1:

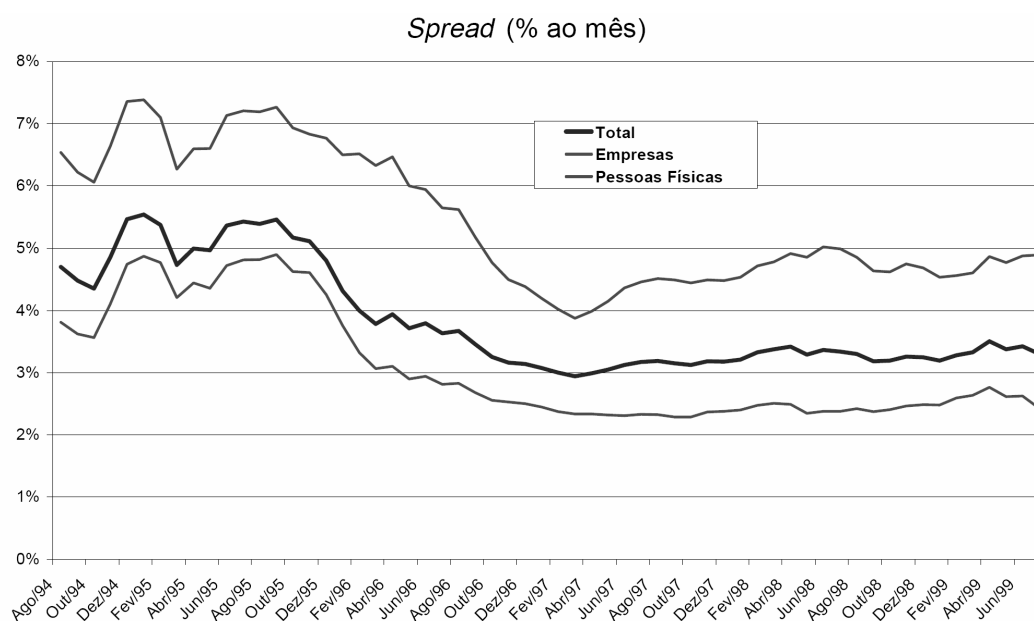
GRÁFICO 3.1:



Fonte: BACEN

Tais taxas dão condições para se calcular o *spread* bancário, apresentado no Gráfico 3.2 a seguir:

GRÁFICO 3.2:



Fonte: BACEN

Logo após o início do Plano Real, o *spread* passou por um momento de alta até o início de 1995 quando, com o fim do recolhimento dos compulsórios sobre algumas operações bancárias, ele caiu. É importante, também, observar que a partir de 1997 a diferença entre a taxa de captação e de aplicação bancária volta a subir devido ao maior risco apresentado nas operações de crédito de Pessoa Física (PF).

Evidentemente, a avaliação do risco de crédito pode conter algum grau de arbitrariedade por conta da metodologia adotada. Mas, obviamente, a avaliação é mais cuidadosa nos empréstimos de elevado valor. Nos empréstimos de pequeno valor, de pessoas físicas, a avaliação é em geral padronizada, por tipo de operação, negando crédito a pessoas que não tenham uma renda mínima compatível com o empréstimo, ou das quais constem informações negativas em cadastros de proteção ao crédito. Nesses casos, visivelmente o risco de crédito é mais elevado, associado ao histórico de inadimplência passada do próprio instrumento. (BACEN, 1999, p.8).

Como maneira de iniciar uma estimação dos juros e do *spread* das instituições bancárias brasileiras o BACEN selecionou, como amostra, 17 grandes bancos privados: Itaú, Bradesco, Real, Safra, BCN, Sudameris, BBA, ABN-AMRO, Mercantil Finasa, CCF-Brasil, Citibank, Bozano Simonsen, BankBoston, Unibanco a partir de julho/98, HSBC a partir de janeiro/98, Santander a partir de janeiro/98 e BFB a partir de janeiro/97, responsáveis por aproximadamente dois terços dos créditos concedidos pelas instituições bancárias privadas.

A estimativa do risco de crédito médio do sistema bancário foi feita a partir dos dados de inadimplência dos bancos reconhecidos através dos registros na conta Provisão para Devedores Duvidosos (PDD). Para mensuração da inadimplência das pessoas físicas, tomadoras de operações com cheque especial, crédito pessoal e aquisição de bens, foi utilizada a amostra de financeiras, para a das pessoas jurídicas (PJ), tomadoras de operações de hot money, conta garantida, desconto de duplicatas e de promissórias, capital de giro e aquisição de bens e vendor, foi utilizada uma amostra de sete grandes bancos privados operantes com grandes empresas: Banco ABN-AMRO, Credibanco, Citibank, BBA, BankBoston, Bozano Simonsen e CCF.

Devido ao fato de os balanços dos bancos não identificarem o montante dos gastos administrativos relativos a cada uma das unidades de operações realizadas, o BACEN fez uma estimação de tais custos imputáveis à unidade de captação e aplicação tradicionais bancárias. Tais dados foram retirados da classificação dos resultados brutos operacionais dos bancos em suas diferentes unidades, e aplicado o percentual obtido no total das operações de crédito de tais instituições a título de custo médio administrativo. “A hipótese de trabalho é de que os bancos tendem a alocar seus recursos administrativos proporcionalmente à renda bruta gerada por suas distintas unidades de negócios” (BACEN, 1999, p. 21).

Já no caso das financeiras, as despesas administrativas foram aplicadas diretamente sobre os empréstimos e financiamentos efetuados considerando que as mesmas tem, como única unidade negocial, as operações creditícias.

A obtenção do impacto dos impostos diretos sobre as instituições bancárias dependeu da estimação do efeito das despesas com inadimplência e com os custos administrativos. Já no caso dos impostos indiretos foram aplicadas fórmulas sobre o valor dos juros acumulados no prazo médio das operações devido ao fato de o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) ser variável com o tempo dos empréstimos.

A Tabela 3.1 demonstra os dados encontrados em forma de médias trimestrais entre o período de maio e julho de 1999.

TABELA 3.1: O custo dos empréstimos e composição do *spread*

Discriminação	Geral	Pessoa Física ¹			Pessoa Jurídica
	Média Total ²	Média	Crédito Pessoal e CDC	Cheque Especial	Média ²
Custo ao tomador (%a.a.)	83%	119%	95%	178%	66%
Taxa de captação CDB (%a.a.)	21%	21%	21%	21%	21%
<i>Spread</i> (%a.a.)	62%	98%	74%	157%	45%
Custo ao tomador (% a.m.)	5,17%	6,75%	5,74%	8,90%	4,31%
Taxa de captação CDB (%a.m.)	1,60%	1,60%	1,60%	1,60%	1,60%
<i>Spread</i> (%a.m.)	3,58%	5,15%	4,14%	7,30%	2,72%
- Despesa Administrativa	0,79%	1,48%	1,48%	1,48%	0,52%
- Impostos Indiretos (+CPMF)	0,50%	0,82%	0,82%	0,84%	0,35%
- Inadimplência	1,25%	1,42%	1,42%	1,42%	1,09%
- IR / CSLL	0,39%	0,53%	0,16%	1,32%	0,28%
- Lucro do banco	0,66%	0,90%	0,27%	2,24%	0,48%
<i>Spread</i> (%)	100%	100%	100%	100%	100%
- Despesa Administrativa	22%	29%	36%	20%	19%
- Impostos Indiretos (+CPMF)	14%	16%	20%	12%	13%
- Inadimplência	35%	28%	34%	19%	40%
- IR / CSLL	11%	10%	4%	18%	10%
- Lucro do banco	18%	17%	6%	31%	18%

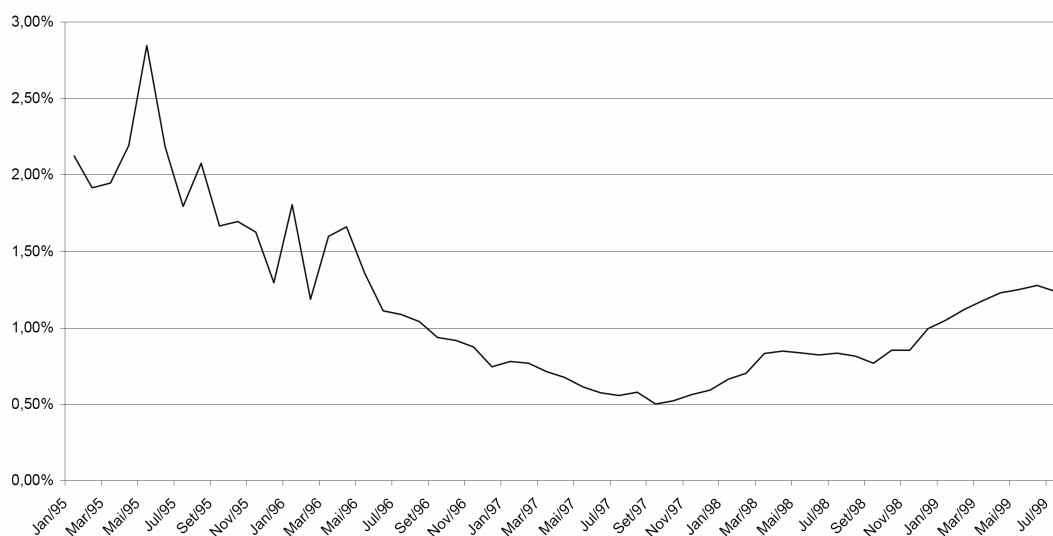
Fonte: BACEN

A análise da tabela 3.1 demonstra que a inadimplência é o fator de maior participação no *spread* bancário. Ela é o resultado do risco de crédito e um importante motivo para os bancos não concederem empréstimos ou elevarem seu custo para o tomador ao associarem, ao capital ofertado, um adicional relativo à probabilidade de não recebimento do mesmo.

Os dados, divulgados pelo BACEN, do período entre os anos de 1995 e 1999, conforme o gráfico 3.3, demonstram que os valores mais elevados da inadimplência ocorrem logo em sequência da implantação do Plano Real e o choque de juros da crise do México. Já em 1996 tal taxa caiu voltando, então, a subir no final do ano seguinte com as instabilidades dentro e fora do país.

GRÁFICO 3.3:

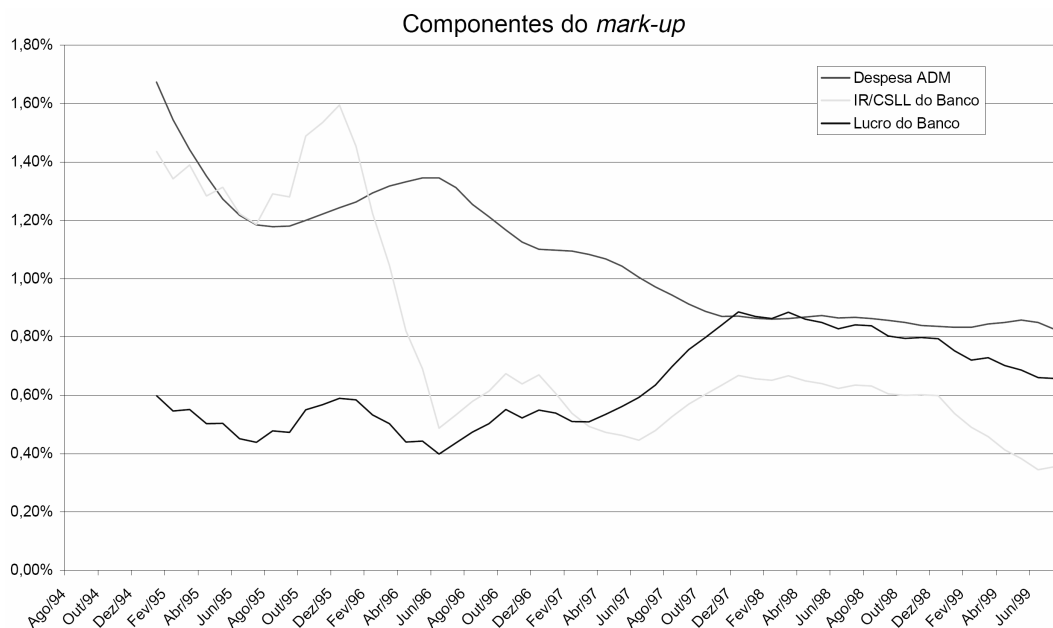
Impacto mensal da inadimplência - geral



Fonte: BACEN

Os componentes do *mark-up* bancário: as despesas administrativas, o Imposto de Renda (IR), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Lucro Líquido, também são representativos no spread e apresentaram, conforme o gráfico 3.4, divulgado pelo BACEN, uma queda considerável a partir de 1996 quando houve uma redução das alíquotas do IR, de 25% para 15%, e da CSLL, de 30% para 12%. Porém, o impacto destes fatores tende a serem diluídos com a alavancagem no volume de operações creditícias concedidas.

GRÁFICO 3.4:



Fonte: BACEN

Por fim, com relação aos impostos indiretos é necessário registrar que seus impactos são maiores nas operações com pessoas físicas, quando o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) é de 0,499% a.m sobre o montante emprestado, do que nas com pessoas jurídicas, com IOF de 0,125% a.m.

Diante deste quadro, o Banco Central diagnostica que os elevados *spreads* bancários no Brasil devem-se, em grande parte, a elevada inadimplência e baixo volume de crédito. A medida mais importante para reduzir a participação destes dois fatores é um ambiente macroeconômico estável e confiável, objetivado pelo governo através da redução da taxa básica de juros, mas também aliada à mudanças institucionais e culturais do país como maior concorrência bancária, sistema eficiente de informações e a propagação de instrumentos creditícios menos burocráticos, por exemplo.

Tais medidas passaram a ser alvo desta instituição, a partir da divulgação deste estudo, na busca da diminuição do custo do crédito brasileiro e, conseqüentemente, do desenvolvimento econômico nacional. O BACEN ainda faz um acompanhamento anual dos resultados de suas propostas e análises bem como o aperfeiçoamento dos métodos utilizados nos cálculos do *spread* e as novas medidas estudadas.

3.1.1. A ANÁLISE DO BANCO CENTRAL SOBRE O COMPORTAMENTO DO SPREAD BANCÁRIO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

Logo após o início das ações governamentais, no sentido de diminuir o custo de crédito no país, o BACEN verificou que a redução do IOF e dos compulsórios somada ao aumento da transparência e da segurança nas operações creditícias foram responsáveis pela redução da taxa de aplicação, entre o período de outubro de 1999 a abril de 2000, e dos *spreads* tendo em vista a estabilidade da taxa de captação. Tais dados são expressos na Tabela 3.2:

TABELA 3.2: Evolução das taxas de juros e do *spread* bancário até out/00 (% a.a)

Modalidade	out/99	abr/00	set/00	out/00	Variação		
					Abr-00/out-99	out-00/abr-00	out-00/set-00
Taxa de Aplicação - geral	70,6	58,1	53,2	53,2	-12,5	-4,9	0
Pessoa física - geral	103	77,8	71	70,8	-25,2	-7	-0,2
Pessoa jurídica	54,8	45,7	34,6	34,4	-9,1	-11,3	-0,2
Taxa de Captação - CDB	17,9	18	16,2	16,3	0,1	-1,7	0,1
Spread - geral	52,7	40,1	37	36,9	-12,6	-3,2	-0,1
Pessoa física - geral	85,1	59,8	54,8	54,5	-25,3	-5,3	-0,3
Pessoa jurídica	36,9	27,7	18,4	18,1	-9,2	-9,6	-0,3

Fonte: BACEN – DEPEP-SP

Já no período seguinte a redução das taxas de juros não atingiu as expectativas do projeto. Tal fato ocorreu devido ao aumento da demanda por empréstimos, principalmente de pessoas físicas, e pela elevação do prazo médio das operações que tendem a possuir tais taxas em patamar superior. Outro fator importante neste momento foi a agitação pela qual passou o mercado financeiro frente á inflação súbita de julho a agosto de 2000 e das instabilidades externas.

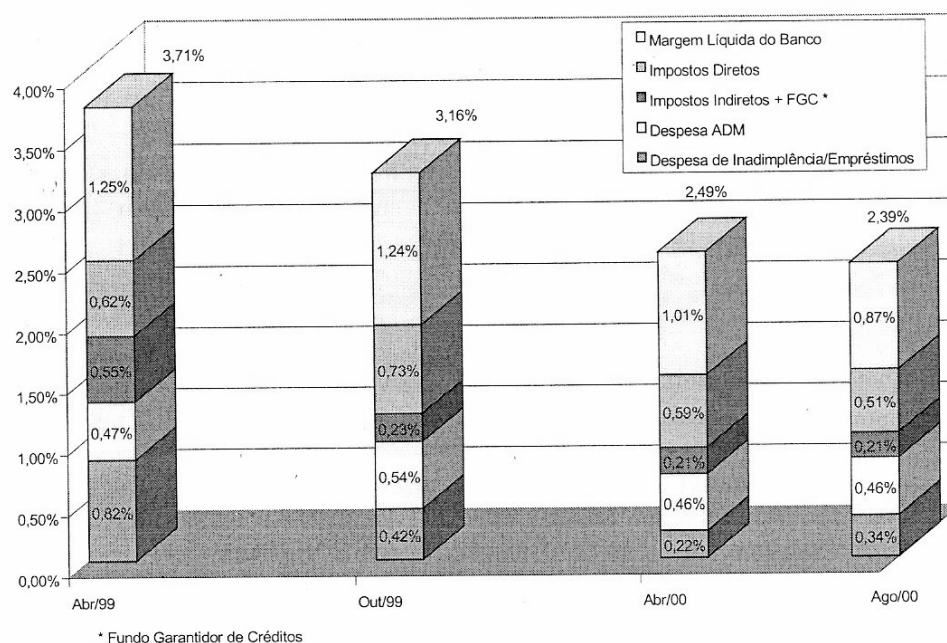
A mudança metodológica ocorrida na apuração das taxas de juros e *spread* está relacionada com o levantamento de informações diárias dos fluxos das operações, viabilizando o cálculo da média ponderada das taxas praticadas para cada instituição financeira pelo volume de crédito concedido. Até 30 de maio de 2000, os fluxos de novas concessões não eram coletados, e, assim sendo, o Banco Central apurava as taxas médias de juros de cada modalidade a partir de uma média aritmética simples, o que gerava distorções quando as taxas praticadas pelas grandes instituições divergiam das taxas praticadas pelas instituições menores. (BACEN, 2000, p. 10).

Na verificação da queda do *spread* bancário a partir dos seus componentes, conforme o Gráfico 3.5, divulgado pelo BACEN, é observada a redução de todos os fatores: inadimplência, despesas administrativas, impostos e margem bancária. O que reconhece a validade das medidas adotadas e cria a necessidade de aperfeiçoamento da metodologia utilizada.

A mudança mais importante foi a do cálculo da inadimplência que deixa de ser obtida através dos saldos de PDD para os fluxos de despesas com provisões para perdas com operações de crédito divulgados, a partir da Resolução 2.682 de 21.12.1999, nos demonstrativos mensais de resultado dos bancos.

A implementação bem sucedida desta política, posteriormente a uma forte desvalorização do câmbio, tornou confiável a trajetória de inflação estabelecida pelo governo como meta para os anos seguintes. A fixação das metas para a inflação gerou uma convergência das expectativas dos agentes econômicos, possibilitando a trajetória descendente da taxa de juros básica, queda da inadimplência, o alongamento do prazo e aumento do volume de operações de crédito, contribuindo para a queda do *spread*. (BACEN, 2000, p. 12).

GRÁFICO 3.5: Evolução do *Spread* Bancário até agosto de 2000 (% a.m)



Fonte: BACEN – DEPEP-SP

Considerando a margem líquida dos bancos como sendo a parcela do *spread*, obtida com a eliminação dos impostos, da inadimplência e das despesas administrativas, o BACEN compara a composição do *spread* do período com a do início da análise e o resultado pode ser visto na Tabela 3.3:

TABELA 3.3: Composição do *Spread* Bancário até ago/00 (%)

Discriminação	abr/99	Ago/00
Despesas de Inadimplência	22,1	14,2
Despesas Administrativas	12,7	19,3
Impostos Indiretos (+FGC*)	14,8	8,8
Impostos Diretos	16,7	21,3
Margem líquida	33,7	36,4

Fundo Garantidor de Créditos

Fonte: BACEN – DEPEP-SP

Frente ao reaquecimento econômico a partir, basicamente, da metade de 2000, aliado ao maior ganho por parte dos bancos com empréstimos concedidos devido à queda da SELIC, o volume total de créditos livres cresceu. Tal fato, visualizado na Tabela 3.4, ocorreu principalmente no segmento de pessoa física onde as instituições bancárias apresentam, de maneira geral, um *spread* maior do que o de pessoa jurídica. É importante salientar que as operações creditícias constantes na tabela não incluem repasses externos, financiamento imobiliário, cartão de crédito e nem operações não identificadas.

TABELA 3.4: Volume de Crédito concedido até out/00 (saldo no final de mês em R\$ milhões)

Modalidade	out/99	dez/99	out/00	Variação (%)
				out-00/out-99
Total	53.154	55.285	79.849	50,2
Pessoas jurídicas	34.592	35.781	41.572	20,2
Pessoas físicas	18.562	19.504	38.277	106,2

Fonte: BACEN – DEPEP-SP

No ano de 2001, conforme o BACEN (2001), o comportamento das operações de crédito livre no país foi marcado por mudanças macroeconômicas. A elevação da sua oferta, alcançada, em grande parte, pela queda nas taxas de juros bancários, pelo aumento dos prazos médios e pela redução da inadimplência que ocorreu até o início deste ano, foi bloqueada. Diante da crise na Argentina, da crise energética e da queda no crescimento da economia mundial ocorre uma mudança na tendência dos juros com a elevação da taxa Selic e no câmbio. A variação do volume de crédito e das taxas de aplicação pode ser visualizada na Tabela 3.5:

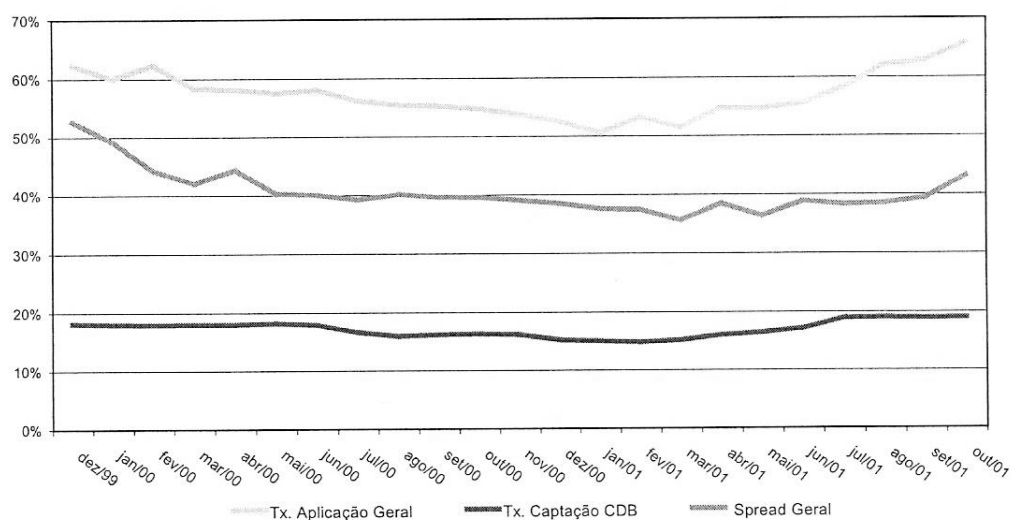
TABELA 3.5: Volume das operações de crédito por segmento e taxas de aplicação

Data	Volume (R\$ milhões)			Taxas de Aplicação padronizada (% a.a)		
	Total	Pessoa Jurídica (PJ)	Pessoa Física (PF)	Taxa de Aplicação Geral	Taxa de Aplicação PJ	Taxa de Aplicação PF
Out/00	143.002	94.939	48.064	54,80	37,40	71,00
Out/01	199.100	128.706	70.398	65,80	47,30	78,60

Fonte: BACEN - (DEPEC).

Até outubro deste período, com o agravamento das instabilidades do quadro econômico, os *spreads* bancários subiram, conforme o Gráfico 3.6, divulgado pelo BACEN, tanto pelo aumento do risco de crédito do momento quanto pela elevação das taxas de juros de longo prazo.

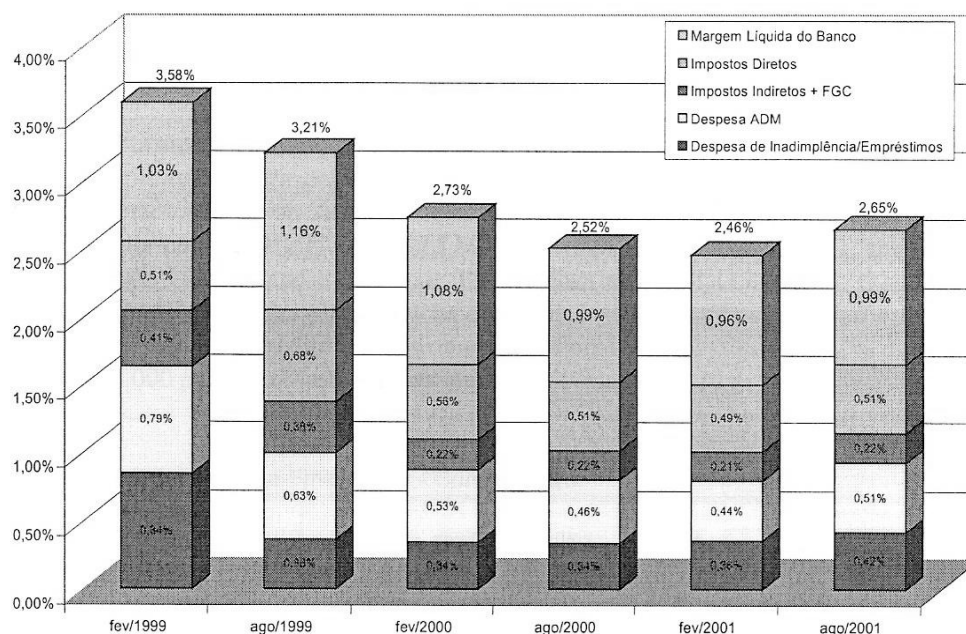
GRÁFICO 3.6: Evolução do *Spread* – média de mercado (% a.a padronizada)



Fonte: BACEN - (DEPEC)

A composição do *spread*, mantida a mesma metodologia do BACEN do ano anterior, apresenta os percentuais expressos no Gráfico 3.7, divulgados por esta instituição:

GRÁFICO 3.7: Evolução do *Spread* Bancário até agosto de 2001 (% a.m)



Fonte: BACEN - (DEPEC)

Analistas do Banco Central avaliaram o comportamento do *spread* bancário, segmentando sua composição em dois fatores: um de ordem inercial, que faz a relação dos valores presentes com o do passado, chamado persistência. E outro, resultante dos fatores macroeconômicos, denominado conjuntura. Para eles, o aumento do *spread* no período foi ocasionado exclusivamente pela componente conjuntural, incluído aí, o risco de crédito resultante do ambiente econômico instável.

Mesmo diante do quadro de incertezas diante das crises externas e internas, o mercado de crédito livre em 2002 apresentou uma leve expansão. Com a taxa de juros mais estabilizada, *spreads* bancários e prazos médios das operações concedidas mais constantes, além de uma diminuição da inadimplência a partir da metade do ano.

As taxas médias das operações com recursos livres e os *spreads* bancários podem ser observadas na Tabela 3.6:

TABELA 3.6: Taxas médias mensais das operações de crédito com recursos livres entre out/01 a out/02 – Juros em % a.a e *spread* em p.p.

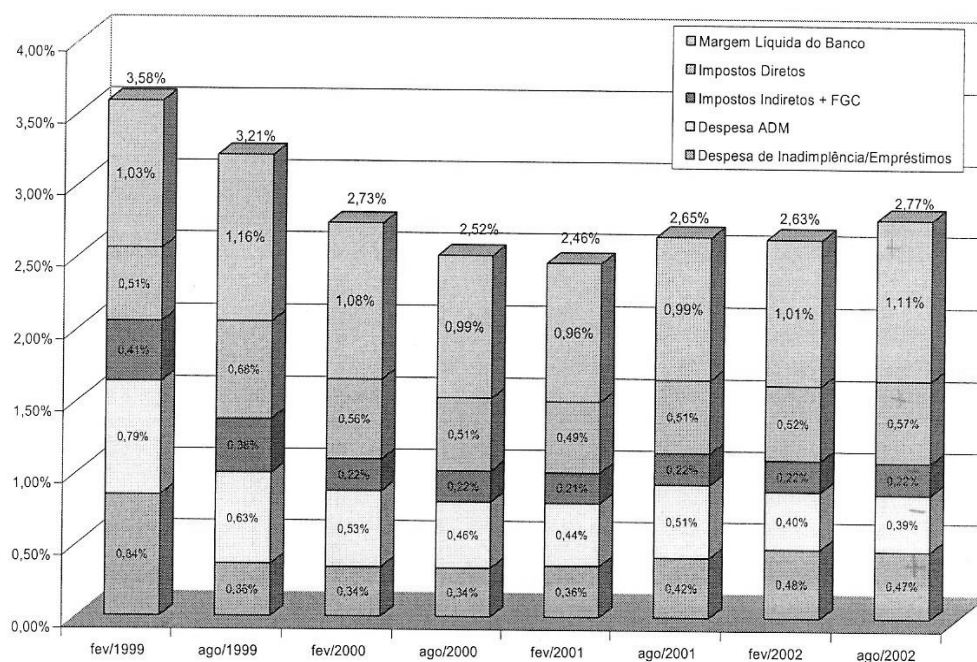
Modalidade	out/01	out/02	Varição anual (p.p)
Juros total	51,9	45,4	-6,5
Pessoa Jurídica	34,3	23	-11,3
Pessoa Física	78,6	79,3	0,7
Spread total	29,5	31,4	1,9
Pessoa Jurídica	13,1	17,2	4,1
Pessoa Física	54,3	51,5	-2,8

Fonte: BACEN - (DEPEC).

A evolução do *spread* no total do período deveu-se, principalmente, ao aumento na taxa de inadimplência. O que fez com que os bancos fossem mais criteriosos na concessão de empréstimos no período. Porém a pequena queda do mesmo, próximo de junho de 2002, está ligada ao aumento do custo de captação de recursos de médio e longo prazo por parte das instituições financeiras.

Assim, de acordo com o BACEN (2002), a composição do *spread*, vista no Gráfico 3.8, demonstra uma queda na participação das despesas administrativas e dos impostos indiretos contra a elevação da margem líquida dos bancos, impostos diretos e inadimplência.

GRÁFICO 3.8: Composição do *spread* até agosto de 2002.



Fonte: BACEN - (DEPEC)

Em relação ao volume de crédito, observado na Tabela 3.7, houve uma elevação na sua oferta conseqüência, em grande parte, da redução das linhas externas devido á dificuldade na captação de recursos internacionais daquele período.

TABELA 3.7: Saldo das operações com recursos livres de out/01 a out/02 em R\$.

Modalidade	out/01	out/02	Variação anual (%)
Total	154.587	165.628	7,1
Pessoa Jurídica	874.189	88.626	5,3
Pessoa Física	70.398	77.002	9,4

Fonte: BACEN - (DEPEC)

Em 2003, incertezas relacionadas ao processo eleitoral do país e à elevação da inflação, somadas à política monetária governamental contracionista com aumento da Selic e

do recolhimento do compulsório sobre os depósitos à vista, determinaram o crescimento das taxas de juros na primeira metade do ano.

Já no segundo semestre, ocorre uma mudança na trajetória desta taxa devido, principalmente, por uma melhora no cenário macroeconômico. A contração monetária e fiscal somadas a uma maior estabilidade cambial contribuíram para aliviar a pressão inflacionária do período. Com isto, as seqüentes reduções da taxa básica de juros e dos compulsórios formaram um ambiente mais propício para a redução dos juros no mercado.

A queda da taxa de juros das operações com recursos livres para pessoa física, de origem basicamente prefixada, pode ser visualizada na Tabela 3.8. Já as taxas aplicadas ao segmento de pessoa jurídica apresentam uma pequena variação positiva no período analisado devido à sua composição de taxas prefixadas, flutuantes e pós-fixadas incorporadoras das expectativas de mudança cambial.

TABELA 3.8: Taxas mensais das operações de crédito com recursos livres entre set/02 a set/03 – juros em % a.a.

Modalidade	set/02	set/03	Variação anual (p.p)
Juros total	43,6	49,8	6,2
Pessoa Jurídica	23,0	34,0	11,0
Prefixados	43,0	47,1	4,1
pós-fixados	6,5	23,4	16,9
Flutuante	25,9	30,2	4,3
Pessoa Física	74,7	70,7	-4,0

Fonte: BACEN - (DEPEC).

A variação do *spread*, por sua vez, segue trajetória semelhante á da taxa de juros, com uma elevação na primeira metade do ano até a estagnação, devido à elevação do custo de captação acompanhada do aumento da taxa Selic, e posterior queda até setembro conforme a Tabela 3.9.

TABELA 3.9: Taxas médias mensais das operações de crédito com recursos livres entre set/02 a set/03 – *spread* em p.p.

Modalidade	set/02	set/03	Variação anual (p.p)
<i>spread</i> total	30,0	30,6	0,5

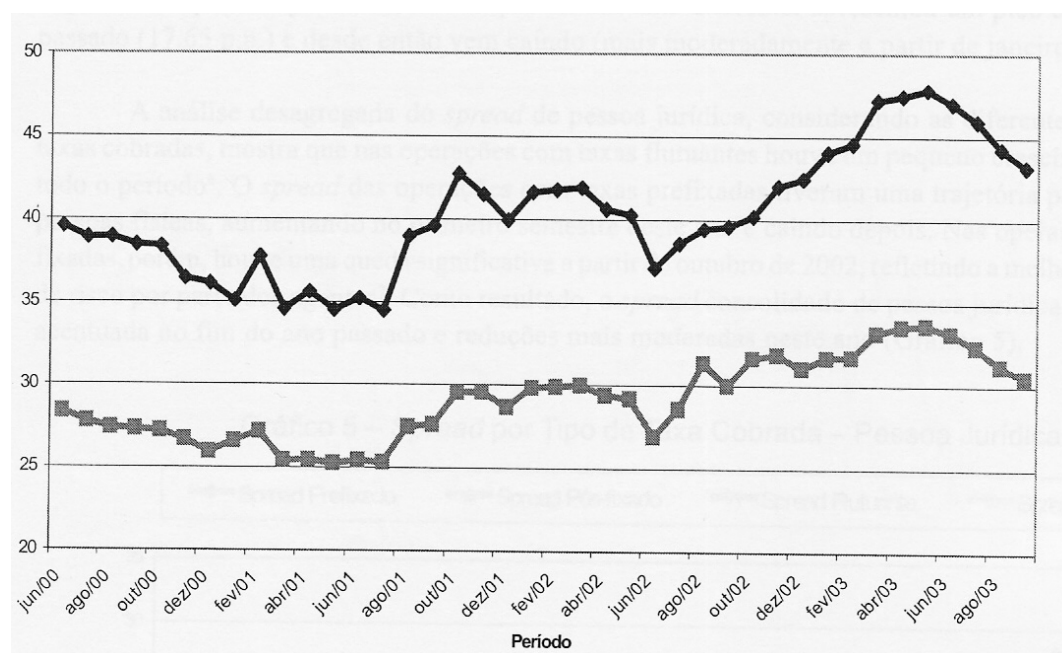
Pessoa Jurídica	15,6	14,3	-1,3
Prefixados	22,4	28,1	5,7
pós-fixados	13,3	4,0	-9,4
Flutuante	8,0	9,3	1,4
Pessoa Física	50,6	52,1	1,5

Fonte: BACEN - (DEPEC).

No cálculo do *spread* pós-fixado é utilizado a taxa *Libor*, ou seja, a taxa de juros oferecida no mercado interbancário de Londres para depósitos em dólares, acrescida da variação cambial, por não se dispor de informações regulares sobre as taxas de captação dos bancos nacionais no exterior. Isto faz com que as mudanças no *spread* pós-fixado sejam, de maneira geral, inversamente proporcionais ao risco país. Pois em momentos em que o Brasil apresenta um alto risco o custo da captação de recursos externos também se eleva e causa, assim, uma queda na diferença entre esta taxa e a da aplicação do capital pelos bancos.

O *spread* prefixado, por sua vez, reflete as expectativas dos agentes e, basicamente, não tem vinculação com os fatores estruturais brasileiros. Sendo ele, conforme dados do BACEN (2003) expressos no Gráfico 3.9, o principal responsável pela elevação do *spread* médio consolidado do período.

GRÁFICO 3.9: *Spread* médio das operações de crédito livre (p.p)

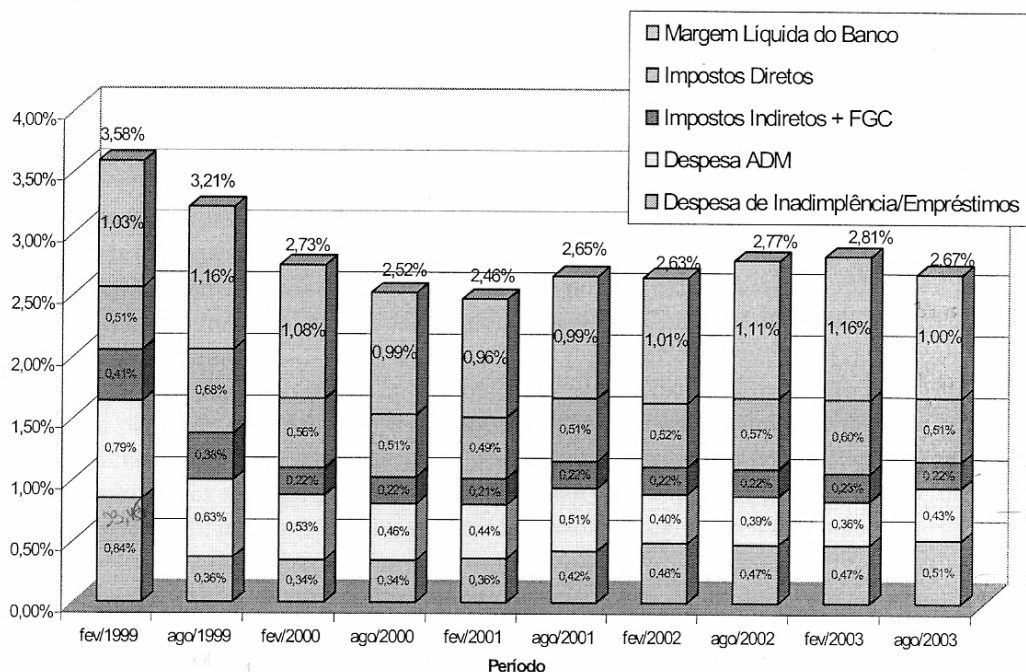


—+— Spread prefixado —■— Spread consolidado

Fonte: BACEN - (DEPEC)

A análise da composição do *spread*, conforme Gráfico 3.10, e de autoria do BACEN, demonstra redução da participação da margem líquida bancária e dos impostos indiretos, estabilidade dos diretos e do FGC e, por fim, elevação das despesas administrativas e da inadimplência. O que assinala a importância de manter um sistema de informações eficiente e de reduzir os obstáculos de recuperação de crédito via sistema judicial.

GRÁFICO 3.10: Composição do *spread* até agosto de 2003.



Fonte: BACEN - (DEPEC)

As operações de crédito com recursos livres apresentaram crescimento, visualizado na Tabela 3.10, que, no caso do segmento de pessoa jurídica, foi influenciado pela diminuição das linhas de financiamento externo.

TABELA 3.10: Saldo das operações de crédito com recursos livres

entre set/02 a set/03 em R\$ - por modalidade.

Modalidade	set/02	set/03	Variação anual (%)
Total	150.900	167.751	11,2
Pessoa Jurídica	74.145	82.959	11,9
Pessoa Física	76.755	84.792	10,5

Fonte: BACEN – (DEPEC)

Em 2004, por fim, as taxas de juros das operações creditícias, conforme Tabela 3.11, apresentaram uma queda contínua na primeira metade do ano devido, na maior parte, à superação das incertezas econômicas brasileiras de 2002 e início de 2003.

TABELA 3.11: Taxas médias mensais das operações de crédito com recursos livres – juros em % a.a e *spread* em p.p.

Modalidade	out/03	out/04	Variação anual (p.p)
Juros total	48,6	45,4	-3,1
Pessoa Jurídica	32,5	30,9	-1,6
Pessoa Física	69,4	63,2	-6,2
Spread total	30,5	27,9	-2,5
Pessoa Jurídica	14,2	13,3	-0,9
Pessoa Física	51,7	45,9	-5,8

Fonte: BACEN - (DEPEC).

O saldo das operações de crédito com recursos livres apresentou um crescimento, conseqüente da diminuição do seu custo, tanto no segmento de PJ como de PF, conforme a Tabela 3.12 excluindo os repasses externos:

TABELA 3.12: Saldo das operações de crédito com recursos livres entre out/03 a out/04 em R\$:

Modalidade	out/03	out/04	Variação anual (%)
------------	--------	--------	--------------------

Total	179.143	225.196	25.7
Pessoa Jurídica	92.856	116.664	25.6
Pessoa Física	86.287	108.532	25.8

Fonte: BACEN - (DEPEC).

De acordo com o Banco Central (2004), nos empréstimos PF os maiores participantes, do incremento observado no período, são o crédito pessoal com consignação em folha de pagamento e o para aquisição de bens, principalmente veículos. A queda da inadimplência, tanto na PF como na PJ, verificada neste ano, foi uma importante responsável pela melhora na carteira de crédito.

Desde o início do Projeto Juros e *Spread* Bancário do governo federal, frente ao elevado custo das operações creditícias no Brasil, uma série de ações e medidas foram implantadas com o objetivo de diminuir o impacto dos fatores negativos sobre o volume de crédito nacional. Dentre estas merecem destaque uma de ordem analítica, ligada ao estudo e ao aperfeiçoamento do cálculo do *spread*, e uma de ordem prática, vinculada às atitudes do governo na busca da superação das dificuldades do crédito no país. Ambas são discutidas a seguir.

3.2. EVOLUÇÃO NA METODOLOGIA DE CÁLCULO DO SPREAD BANCÁRIO PELO BANCO CENTRAL:

No ano de 1999, com o início do projeto, e no ano seguinte, a metodologia de decomposição do *spread* bancário considerava uma amostra de apenas dezessete grandes bancos para compor a taxa média de empréstimos. Além disto, era assumida, como hipótese, que as instituições bancárias alocavam seus recursos administrativos proporcionalmente à receita bruta gerada pelas operações, no segundo estudo não existia participação do recolhimento do compulsório do cálculo e considerava-se que as operações de crédito não eram financiadas por depósitos à vista.

A margem líquida do banco era definida como sendo a parcela do *spread* obtida após a subtração dos impostos, despesas administrativas e inadimplência. Ela englobava não só o lucro, mas também as compensações para operações consideradas obrigatórias e não lucrativas, como o caso do crédito rural por exemplo. Tal fato fazia com que a margem líquida fosse sempre maior do que o lucro da instituição.

O cálculo das despesas de inadimplência que, em 1999, era calculado a partir dos saldos de Provisões para Devedores Duvidosos (PDD), em 2000, com a Resolução 2.682, de

21.12.1999, passa a ser obtida através do uso dos fluxos de despesas com provisões para perdas com operações de crédito divulgados nos demonstrativos mensais de resultado bancário.

Em 23 de setembro de 2004 dois economistas da Equipe Técnica do Banco Central, Ana Carla Abrão Costa e Márcio Issao Nakane, publicam um trabalho que revê a metodologia de decomposição do *spread* bancário no Brasil com a pretensão de alcançar um cálculo mais preciso frente às dificuldades, dentre elas, ligadas à alocação de custos em um ambiente de produção conjunta como no da firma bancária universal.

Verifica-se, neste trabalho, que, embora representativos do mercado de crédito bancário, a escolha de amostra inicial de bancos limita a análise da trajetória real do *spread* e desconsidera as diferenças existentes entre os segmentos do setor bancário. O viés da seleção é diminuído através da ampliação da amostra para 148 bancos incluindo comerciais, múltiplos, CEF e BB.

Em relação ao rateio dos custos administrativos, ele não considerava os efeitos das restrições normativas sobre o comportamento bancário e passou-se a adotar uma metodologia alternativa com o rateio destes gastos baseados em noções de eficiência restrita e inserido em uma ótica de custos e não de receita como vinha sendo feito até então.

Foi tratada a questão da participação dos recolhimentos compulsórios na decomposição do *spread*.

Originalmente, essa variável participava da decomposição; isso foi mudado a partir do segundo estudo, com base em uma hipótese de alíquota zero para os compulsórios sobre depósitos a prazo e não financiamento de operações de crédito via depósitos à vista. A primeira hipótese não atenda à realidade, tendo em vista que, tanto compulsórios sobre depósitos a prazo quanto à vista eram significativamente altos para o período de análise. Além disso, embora alguns modelos teóricos defendam a independência entre mercados de captação e empréstimo, não há comprovação empírica que corrobore a hipótese adotada de não-utilização de recursos captados à vista para concessão de operações de crédito. (COSTA;NAKANE, 2004, p. 6).

Uma outra mudança, feita pelos economistas responsáveis pelo trabalho, foi ligada à componente margem líquida dos bancos que passa a denominar-se resíduo do banco devido à dificuldade do detalhamento dos dados das operações obrigatórias e, com isto, no cálculo da parcela relativa aos subsídios.

No que tange à despesa com inadimplência os dados continuaram a ser retirados das despesas de provisão divulgadas pelos bancos em seus demonstrativos. E, portanto, a exatidão da informação depende da política de provisionamento usada pelas instituições. Quanto melhor for o grau de adequação das provisões bancárias mais próximo da realidade estarão os dados obtidos.

A metodologia alternativa apresentada e utilizada, então, no último trabalho do BACEN, divulgado em dezembro de 2004, parte de uma função custo para o setor bancário brasileiro que permite o cálculo dos preços para cada insumo usado na produção da instituição e a alocação dos custos de cada produto correspondente. Com base nisto, a composição do *spread* é recalculada com o objetivo de torná-la mais próxima da realidade da estrutura dos preços bancários do país.

A tabela 3.13 compara a decomposição do *spread* bancário para a amostra inicial do projeto, de 17 bancos, com a amostra atual ampliada de 77 bancos após o ajuste exclusivo dos bancos que apresentaram valores negativos sem explicação ou dispersão considerável de algum componente do *spread*. Porém, ambas seguindo a nova metodologia de cálculo.

TABELA 3.13: Quadro comparativo das decomposições do *spread* bancário.

Proporções sobre o spread	Amostra antiga	Nova amostra
Custo do FGC	0,20%	0,24%
Custo total do compulsório	6,38%	5,04%
depósito à vista	6,72%	5,46%
Depósito a prazo	-0,34%	-0,42%
Custo administrativo	23,64%	26,37%
Cunha tributária	20,77%	20,81%
Impostos indiretos	7,58%	7,85%
impostos diretos	13,19%	12,96%
Inadimplência	17,85%	19,98%
Resíduo	31,17%	27,56%

Fonte: BACEN - (DEPEC)

Baseado nesta comparação os autores observaram que os custos administrativos ganham mais participação na composição do *spread* à medida que a amostra de instituições participantes aumenta e o sistema fica mais heterogêneo; que a margem de lucro dos bancos é, em média, menor do que se considerava, tendo em vista que o fator resíduo bancário incorpora

os custos relativos a subsídios e, finalmente, o que, para este trabalho, o mais importante, a inadimplência é responsável por parcela significativa do *spread* bancário no país.

Segundo o BACEN, esta última observação está ligada à instabilidade financeira do Brasil, na dificuldade da recuperação dos créditos e na execução das garantias e no conseqüente risco moral que se eleva.

3.3. AÇÕES E MEDIDAS PARA O AUMENTO DA OFERTA DE CRÉDITO NO PAÍS VIA REDUÇÃO DOS SPREADS E DAS TAXAS DE JUROS:

Nos últimos cinco anos o governo federal e o BACEN trabalharam e implantaram diversas medidas com o objetivo de diminuir os custos e os riscos das operações creditícias para, assim, elevar a sua oferta e alcançar um maior crescimento econômico nacional.

Tais ações vão desde a criação de um ambiente macroeconômico mais estável até mudanças microeconômicas voltadas para o acesso às informações, concorrência e reformas jurídicas.

A seguir, serão apresentadas as principais medidas propostas, a partir do início do Projeto Juros e *Spread* Bancário, de acordo com seus órgãos competentes:

1- Competência do BACEN:

- Diminuição dos compulsórios, dependendo da política monetária, com o objetivo de reduzir o *spread* bancário e elevar a oferta de crédito.
- Iniciação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), implementado em 22 de abril de 2002.
- Mudança na regra de classificação das operações de crédito e de constituição de provisão, implementada a partir da aprovação das Resoluções 2.682, de 21.12.1999, e 2.697, de 24.02.2000, com o objetivo de aumentar a segurança do crédito e melhorar a sua cultura no país.
- Transparência das operações bancárias, com a Circular 2.957, de 30.12.1999 e o Comunicado 7.569, de 25.05.2000, o que fez as instituições passaram a prestar informações diárias sobre suas operações de crédito ao BACEN, que as disponibiliza na Internet.
- Ampliação da base de cobertura da Central de Risco (atual sistema de informações de crédito), implementado a partir da Circular 2.938, de 14.10.1999 e alterado com a 2.999, de

24.08.2000, estabelecendo que o valor mínimo de R\$ 20.000,00 deve ser informado pelos bancos ao Sistema de Informações de Crédito. Mais tarde, com a Circular 3.098, de 20.03.2002, o sistema foi atualizado, mais divulgado e, a partir de 01.07.2004, entrou em operação reestruturado e determinando que as instituições financeiras devem fornecer mensalmente dados sobre seu risco de crédito, informações individualizadas sobre as operações dos clientes com responsabilidades acima de R\$ 5.000,00, das operações acima de R\$ 5.000.000,00, assim como dados complementares semestrais.

- Portabilidade das informações cadastrais, com as Resoluções 2.808 e 2.835, de 30.05.2001, aos clientes. Assim, estes podem tanto solicitar informações sobre suas operações como transferir seus cadastros a outras instituições financeiras. Tal medida veio acompanhada por uma Cartilha de orientação aos consumidores sobre o assunto.

- Maior concorrência no cheque especial, a partir das mesmas Resoluções anteriormente citadas, ao obrigar os bancos a fornecerem informações detalhadas sobre os custos deste produto nos extratos mensais gratuitos.

- Diminuição da burocracia nas operações de menor valor.

- Estímulo ao desenvolvimento do mercado de securitização, a partir da Resolução 2.907, de 29.11.2001.

- Redução e transferência do risco de crédito com o maior uso dos seus derivativos, com a Resolução 2.933, de 28.02.2002, que autorizou instituições financeiras realizadoras de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis a operarem na qualidade de receptoras do risco de crédito. A Circular 3.106, de 10.04.2002, regulamentou a essas operações.

- Proposta de conscientização dos juizes no momento de uma decisão beneficiadora de tomadores de empréstimos específicos, para que não prejudiquem a classe em geral.

2- Medidas legais no âmbito do poder:

- a) Executivo:** Redução do IOF, principalmente nas operações para PF, iniciada em 18.10.1999.

- Proposta de redução dos impostos indiretos, como a CPMF, visando o não encarecimento do crédito nacional.

b) Legislativo: Criação da Cédula de Crédito Bancário (CCB), conforme a Lei 10.931, sancionada em 02.08.2004, que revoga a Medida Provisória (MP) 2.160-25/2001. Um título de crédito mais simples, judicialmente mais eficaz e que eleva a liquidez do crédito bancário.

- Esclarecimento sobre a não aplicação da lei da usura ao SFN. Neste, com a atual MF 2.170-36, de 23.08.2001, é admitida a capitalização dos juros com periodicidade inferior a um ano.

- Proposta de dos juros e do principal na cobrança dos empréstimos do sistema financeiro, de modo a evitar o adiamento do pagamento das obrigações por parte dos devedores questionadores de contratos.

- Implementação do contrato eletrônico de crédito, com a atual MP 2.200-2, de 24.08.2001, com proteção e segurança para as partes contratantes de operações via Internet e meios semelhantes.

- Proteção das compensações de pagamentos em casos de decretação de regime especial, como insolvência civil ou falência, por exemplo, através da atual MP 2.192-70, de 24.08.2001, artigo 30.

- Implementação da consignação de pagamento de crédito pessoal no proventos do trabalhador, com a Lei 10.820, de 17.12.2004.

- Proposta de revisão legal relativa ao acesso às informações de crédito, elaborada pelo Ministério da Justiça e da Fazenda, a ser encaminhada ao Congresso Nacional.

- Reforma da Lei de Falências, como forma de proteger os credores no caso de insolvência do devedor e fazer valer as garantias reais do crédito, a ser implementada.

- Reforma do Judiciário e do Código de Processo, ambos em implementação, com o objetivo de racionalizar os processos judiciais e torná-los mais rápidos e eficientes.

- Proposta de que a cobrança de pequenos valores possa ser realizada via Tribunais de Pequenas Causas.

O BACEN vêm, nos últimos cinco anos, estudando e implementando medidas com o objetivo de alcançar a estabilidade monetária para reduzir as incertezas macroeconômicas e, assim, possibilitar o planejamento de médio e longo prazo por parte dos agentes econômicos. Fato que favorece a realização das operações de crédito e de investimento.

é inegável observar que os instrumentos fiscais e monetários têm forte impacto de curto prazo no crédito. No entanto, é importante destacar que tais instrumentos constituem a base da política econômica e são administrados a partir dos resultados fiscais, monetários e de controle do sistema financeiro. Uma conjuntura econômica

mais favorável viabiliza políticas monetárias e fiscais mais favoráveis à redução dos juros e à expansão do crédito, como bem demonstra a experiência dos últimos cinco anos. (LUNDBERG;BADER, In: BACEN, 2004.,p. 31).

Além disto, fatores microeconômicos, principalmente ligados ao acesso das instituições financeiras às informações dos clientes e à execução das garantias, também vêm ganhando espaço na atenção do BACEN como forma de melhor avaliar e diminuir o risco de crédito nacional.

O maior acesso a informações e sistemas mais eficientes de cobrança e execução de garantias são importantes para assegurar maior concorrência no mercado de crédito. Não adianta ter um grande número de bancos ou um alto grau de desconcentração bancária, se os bancos concorrentes não têm as informações relevantes sobre o cliente e o sistema de cobrança e execução de garantias não é confiável. Sem informações, só o banco onde o cliente já opera consegue avaliar o risco de crédito envolvido na operação de empréstimo. Os juros do cheque especial são um bom exemplo do que ocorre nessa situação. Por outro lado, sem um eficiente sistema judicial de execução de créditos, um cliente detentor de uma boa garantia não consegue usar essa vantagem em seu favor, mesmo que procure bancos concorrentes ao que tem conta. (LUNDBERG;BADER, In: BACEN, 2004, p. 31).

4. OUTRAS VISÕES IMPORTANTES SOBRE O PROBLEMA DO SPREAD NO BRASIL:

Diversas são as discussões ocorridas a respeito da importância dos *spreads* bancários na concessão de financiamentos e no desenvolvimento do país. A grande maioria traz consigo o problema das taxas de juros e do custo do crédito inerentes ao sistema financeiro do Brasil. O que torna importante fazer um apanhado não só das diferentes maneiras como o *spread* é visto, mas também destes dois fatores que o cercam.

O que este capítulo se propõe é, justamente, mostrar outras importantes visões, além da do Banco Central, a respeito da diferença entre as taxas de aplicação e de captação nos bancos, iniciando com um breve relato sobre taxa de juros e custo creditício de entidades renomadas no ramo de análise financeira nacional.

4.1. O PROBLEMA DAS TAXAS DE JUROS E DO CUSTO DO CRÉDITO NO BRASIL – BREVES RELATOS:

Segundo Armando Castelar Pinheiro (2003), membro da diretoria de estudos macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), um importante agravante do desenvolvimento brasileiro é o elevado custo do investimento. Em média um terço do investimento no país é direcionado para a área de construção civil, caracterizada pelos elevados gastos e baixa produtividade conseqüente da baixa escala e dos prazos longos de conclusão. O que acaba por atingir, principalmente, a população de baixa renda devido ao uso de técnicas rudimentares nas obras e o alto preço dos materiais comprados em pequena quantidade.

Em parte, esse problema é o resultado da escassez, do alto custo e dos prazos curtos do crédito no Brasil, que jogam o custo do investimento para cima. Isso é relativamente claro no caso do setor habitacional, onde a escassez de crédito imobiliário tem levado muitas famílias a viver em favelas. A expansão do mercado de crédito, por sua vez, passa pela queda da taxa básica de juros e do *spread* de risco (PINHEIRO, 2003, p. 22).

O economista sugere uma agenda direcionada para a redução dos custos da intermediação financeira que tenha como focos:

1- A diminuição da inadimplência: Obtida, principalmente, através da melhoria na qualidade das informações as quais o credor tem acesso e da proteção deste no sistema financeiro. De acordo com o autor, é preciso que o bom pagador seja reconhecido, a inadimplência desencorajada e as garantias de fato usadas para a redução do risco de crédito das operações.

2- A redução da margem de lucro e dos gastos com intermediação:

Esperava-se que com a abertura do mercado à maior participação de instituições estrangeiras o aumento de competição e a introdução de técnicas modernas de gestão de risco levassem a uma redução de margens e despesas, mas o que se observou na prática foi que isso não ocorreu. Em particular, a competição no mercado de crédito parece continuar pequena, a despeito de uma estrutura relativamente pouco concentrada. (PINHEIRO, 2003, p. 27).

Tal fato recebe três possíveis explicações: condutas anticompetitivas das instituições participantes no sistema financeiro, acesso segmentado à informação e elevada participação dos bancos públicos no setor bancário. É sugerido, pelo autor, uma melhoria e ampliação do acesso às informações além da reestruturação do sistema creditício onde as instituições controladas pelo governo são as responsáveis por grande parte dos empréstimos ofertados e acabam por favorecer um ambiente de pouca competitividade.

3- A diminuição dos impostos na intermediação financeira: A redução da cunha fiscal nas operações de crédito é um elemento essencial para o desenvolvimento do mesmo.

A experiência de redução do IOF em 1999 mostrou que essa é uma forma efetiva de redução dos *spreads*. Em princípio, essa transferência será tão mais completa quanto maior for a competição no setor. Obviamente, há que se ponderar o objetivo de redução de *spreads* junto com o objetivo de aumento da poupança pública e, possivelmente, manter uma estrutura tributária que incentive mais o investimento do que o consumo. (PINHEIRO, 2003, p. 27).

Pinheiro (In: SISTER, 2004) afirma ainda que o governo atrai uma grande parte dos recursos financeiros disponíveis através da remuneração oferecida pelos seus títulos o que acaba por reduzir a disponibilidade creditícia no mercado.

O presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Gabriel Jorge Ferreira (In: SISTER, 2004), concorda que o governo retém a maior parcela do crédito disponível frente ao seu constante e elevado endividamento.

Já Márcio Cypriano (In: SISTER, 2004), presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN) e diretor presidente do Banco Bradesco, afirma que a

maior parte dos títulos públicos ficam com as pessoas físicas e jurídicas aplicadoras em fundos de investimento, que os recursos bancários estão disponíveis para as empresas que apresentam projetos viáveis e concorda com Pinheiro (2003) no que tange à necessidade de um conjunto regulatório mais eficiente de garantias ao credor.

O aumento dos empréstimos é a prioridade dos bancos há muito tempo. Só que essa questão não se resolve por decisão unilateral dos bancos. Tem de ser uma prioridade de toda a sociedade brasileira. É preciso que todos participem para que o fluxo da intermediação financeira se modernize e ganhe maior dinamismo. O esforço geral deve ser no sentido de se criar um ambiente macroeconômico favorável para aumentar a demanda de crédito por parte das empresas e dos consumidores. Do lado dos bancos, é possível ampliar o fluxo das operações pelo aumento da eficiência da intermediação financeira, com a redução das cunhas fiscais, excessos de compulsórios e direcionamento dos empréstimos. (CYPRIANO, 2004).

Cypriano (2004) reconhece a influência da carga tributária e da inadimplência sobre o custo das transações financeiras hoje no país e afirma que a redução do *spread* deve iniciar, justamente, na flexibilização dos impostos. O que irá gerar uma elevação no volume de crédito ofertado e um aumento na arrecadação governamental devido ao crescimento econômico alcançado.

Maria Rita Gonçalves (In: GRADILONE, 2004), diretora sênior de classificação de riscos Fitch Atlantic Ratings, concorda com o presidente da FEBRABAN no que se refere à necessidade da redução tributária sobre a intermediação financeira. Uma séria consequência negativa do aumento da tributação é a elevação dos juros finais para quem demanda recursos. O *spread* bancário aumenta porque boa parte da dos impostos é repassada ao consumidor final.

Em relação ao ganho dos bancos com as elevadas taxas de juros no país, o consultor econômico e ex-presidente do BACEN Ibrahim Eris (In: GRADILONE, 2004), afirma que a situação bancária de hoje é diferente da dos anos 90 onde o lucro das instituições bancárias dependia das altas taxas de juros. Atualmente uma queda em tais taxas é compensada pelo aumento no número de operações e pela variedade das operações desenvolvidas.

O presidente do ABN Amro Real, Fábio Barbosa (In: GRADILONE, 2004), afirma que

Não faz sentido imaginar que os bancos desejem juros altos nem que considerem isso saudável ou sustentável. Ao contrário, essa situação, ao longo do tempo, gera ineficiência e riscos ao sistema. As taxas de juro elevadas proporcionam uma lucratividade aparentemente confortável aos detentores de recursos, investidores e intermediários. Não é isso, porém, que devemos almejar, pois essa situação não é sustentável. (In: GRADILONE, 2004, p. 100).

Cypriano (In: GRADILONE, 2004) concorda com Barbosa e diz que hoje os juros não são fundamentais para os resultados do Bradesco. Ou seja, que o lucro bancário não diminui com a queda nas taxas de juros.

A Febraban (2003) também afirma que a manutenção dos juros elevados não interessa aos bancos do mesmo modo que não interessa aos tomadores de crédito e ao governo.

Juros altos inibem a atividade produtiva, restringem o consumo, tendem a gerar desemprego e redução de renda e alimentam – quando excessivos – a inadimplência. Juros alto são consequência direta da escassez do dinheiro, que pode decorrer tanto da esterilização de recursos dos bancos (compulsórios, direcionamento de crédito para linhas não rentáveis) como pela necessidade de financiamento de déficit do governo. (FEBRABAN, 2003).

Tal Federação afirma ainda que, considerando que o remédio utilizado contra a inflação, no Brasil, é uma política monetária com elevação da taxa básica de juros e que o seu efeito colateral é, justamente, a redução do montante emprestado, cabe ao Banco Central e as autoridades econômicas tomar medidas que amenizem tal problema.

A atividade de intermediação financeira é o negócio principal dos bancos. Se o financiamento do déficit do governo, pela carteira própria dos bancos ou pelos recursos de clientes neles depositados ou aplicados, assume importância significativa em nosso País, reduzindo o volume disponível para crédito, é sobre esse fator que se deve atuar. (FEBRABAN, 2003).

Com isto, é citado, como forma de reduzir o déficit governamental, a reforma da previdência social e a redução do nível de informalidade na economia. Medidas que diminuem as despesas e aumentam as receitas respectivamente.

Para a Febraban (2003), o aumento do volume de crédito disponibilizado não depende só da redução dos juros, mas também de importantes ações ligadas ao marco regulatório existente e expõe, como exemplo, a mudança adequada da Lei de Falências.

O aumento da certeza e da velocidade na execução das garantias e do recebimento dos créditos é um fator adicional, tanto para o aumento do volume de crédito quanto para a redução das taxas de juros. (FEBRABAN, 2003).

O ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, do governo Fernando Henrique Cardoso, José Guilherme Reis (In: PERES, 2004), afirma que nem tudo está ligado à taxa de juros definida pelo BACEN. Pois o investimento está ligado aos juros de longo prazo que são influenciados, principalmente, por questões estruturais como política fiscal eficiente, incentivos à pesquisa e desenvolvimento e treinamento de mão de obra, por exemplo.

O presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Alencar Burti (In: RYDLEWSKI, 2004), por sua vez, diz que o crédito, além de escasso, ainda é inacessível aos micro e pequenos empresários do país. Ele atribui à incompatibilidade entre as regras bancárias e a realidade dos demandantes tal situação. As instituições alegam falta de garantia na concessão dos empréstimos sem considerar o crescente número de empreendedores informais no Brasil. O que acaba por comprometer o potencial aumento no nível de emprego e o desenvolvimento econômico do país.

Frente a estas discussões, instituições e analistas econômicos vêm estudando o *spread* das instituições bancárias do país considerando a sua importância no desenvolvimento do mesmo. Como as apresentadas a seguir:

4.2. O SPREAD BANCÁRIO SOB DIVERSAS ÓTICAS:

A **Febraban** (2003) concorda com o Banco Central ao aceitar o peso significativo que a inadimplência tem no *spread* bancário. Afirma que o mesmo, embora seja decrescente nos últimos anos, é alto e que a redução dos juros também pode contribuir para a sua diminuição.

Mas assim como não é possível baixar os juros por decreto, também a redução do *spread* envolve processo gradual, que os próprios bancos vêm debatendo com em conjunto com o Ministério da Fazenda. A Febraban tem apresentado à sociedade algumas propostas que criam condições para a redução dos juros de forma sustentada. (FEBRABAN, 2003).

Para ela, uma medida essencial é a diminuição da cunha fiscal que incide sobre as intermediação financeira, como IR, CPMF, IOF e FGC, por exemplo. Isto diminui o custo das operações e, conseqüentemente, o juro para o tomador final.

Uma segunda via importante é a alteração das leis de falência e concordatas para que a cobrança das garantias seja menos difícil e reduza, assim, as perdas bancárias com a inadimplência. Outras providências para reduzir os riscos e a inadimplência, aos quais estão expostas as instituições bancárias, incentivadoras da redução do *spread* e da elevação da concessão de crédito são: a redução dos compulsórios; a redefinição dos direcionamentos obrigatórios das carteiras de empréstimos, como para agricultura e habitação, por exemplo; o estímulo a operações creditícias eletrônicas, mais baratas para os bancos e os clientes e a aprovação de leis facilitadoras da evolução dos cadastros bancários e da execução dos empréstimos.

A Febraban (2003) afirma que de todos os recursos da sociedade que transitam pelo sistema financeiro, uma enorme parte é usada para financiar o Estado. O que diminui a quantia de recursos disponíveis para investimento no setor privado.

Há um grande agente atuando no mercado chamado governo com quem não dá para competir. É ele que forma o preço do dinheiro e o custo de oportunidade de qualquer outro negócio no País.

Acreditamos que as dificuldades atuais serão superadas com o empenho de todos e a confiança no trabalho que vem sendo desenvolvido pelas autoridades econômicas do governo Lula. Quando a batalha da inflação estiver vencida e as reformas aprovadas haverá inescapavelmente uma redução dos juros e do *spread* bancário, na medida em que a maior oferta de recursos barateará seu custo e alongará gradualmente seus prazos. As instituições financeiras bancárias vêem esta trajetória como provável. A sociedade deve compreender que somente quando tivermos o ajuste fiscal consolidado e o Estado reduzido substantivamente seus desequilíbrios é que o crédito privado crescerá de forma substantiva no Brasil. (FEBRABAN, 2003).

O responsável, segundo a Febraban (2003), pela baixa oferta de crédito no país e seu elevado custo é o governo no uso do controle monetário frente à elevada inflação. Embora julgue correta a ação governamental, considerando o ambiente econômico, a Federação não aceita que seja atribuída aos bancos a baixa relação crédito/PIB no Brasil.

Tem que haver confiança no trabalho do governo e no esforço das instituições financeiras que têm se empenhado cooperativamente na identificação dos fatores

jurídico-legais, tributários, administrativos e mesmo sociais que explicam a peculiaridade brasileira de prática de spreads acima da média mundial. Os bancos brasileiros acreditam e apostam que as circunstâncias atuais serão superadas caso haja uma leitura abrangente da problemática do custo do capital no Brasil sem culpabilizar apenas um agente econômico. (FEBRABAN, 2003).

O tema *spread* deve ser tratado, na visão da Febraban (2003), de forma técnica e aceitando as experiências externas.

Não faz sentido imaginar que os bancos no Brasil têm práticas diferenciadas de instituições no exterior. Um banco internacional por exemplo não pratica no Brasil um *spread* muito mais alto do que no país de sua matriz apenas porque no Brasil há situação privilegiada para bancos ganharem dinheiro. Se fosse o caso, nos últimos oito anos metade dos bancos não teria deixado o mercado brasileiro ou tido seu controle acionário alterado. (FEBRABAN, 2003).

Para esta instituição é comum que os riscos inerentes ao negócio do crédito bancário não sejam considerados. O que é um grande erro frente as diversas falhas de mercado no país como eficiente identificação dos clientes bons pagadores, elevados custos administrativos requeridos para o gerenciamento da inadimplência, recuperação dos créditos e prestação de informações às autoridades do sistema financeiro responsáveis pelo controle do risco sistêmico.

Para a Febraban (2003) é necessário que a sociedade apóie o trabalho do governo e das instituições financeiras no sentido de elevar o crédito de boa qualidade no país. E que também entenda que um banco saudável é aquele rentável que trata da segurança e do retorno das aplicações de seus clientes ao contrário do pouco rentável que eleva o risco sistêmico e a probabilidade de perdas financeiras de outros bancos e empresas produtivas.

A racionalidade econômica permeia todas as decisões dos agentes econômicos, que são inerentemente maximizadores de utilidade. Os consumidores buscam maximizar seu bem-estar e as empresas, seu lucro. Isso não poderia ser diferente para o sistema bancário, que toma sua decisão de oferta de crédito com base na maximização de lucro. Essa lógica econômica é desejável pois trata-se de uma condição para a eficiência do sistema, o que significa a adequada alocação de recursos na economia. Entretanto, falhas de mercado podem gerar distorções na alocação de recursos. É sob este prisma que devemos analisar a questão dos elevados *spreads* bancários. (FEBRABAN, 2003).

O economista-chefe da Febraban e professor da PUC-SP, Roberto Luis **Troster** (2005), em seu trabalho divulgado no último debate sobre Economia Bancária, promovido

pela própria Federação, também afirma que a queda na taxa de juros deve ser prioridade para os brasileiros.

O custo do dinheiro é uma variável chave em qualquer análise sobre economia brasileira. Quanto mais caro for, maiores serão os índices de inadimplência e desemprego, e observaremos valores menores de investimento, de consumo e de produção. É fato incontestável que, com juros altos, não há desenvolvimento sustentado e seus impactos são proporcionalmente piores pra as classes menos favorecidas. (TROSTER, 2005, p.1).

Segundo ele, um baixo *spread* tem efeitos positivos no bem estar do Brasil e é fundamental para aumentar a relação crédito/PIB e, conseqüentemente, o crescimento nacional.

O *spread* elevado é reflexo de uma cunha fiscal, monetária, tributária e institucional alta e têm como conseqüência uma oferta de crédito baixa. As estatísticas mundiais mostram um correlação muito forte entre *spreads*, custos bancários e a relação crédito/PIB. (TROSTER, 2005, p1).

O autor ressalta o fato de que países com um sistema de crédito desenvolvido tem formas de canalizar os recursos de forma mais eficiente, o que faz sua economia crescer mais rápido, alimenta também o crescimento da intermediação bancária e eleva a oferta de investimento. Por outro lado, os sistemas bancários ineficientes tendem a cobrar elevados *spreads*, inibindo a sociedade a poupar e a tomar empréstimos, prejudicando, assim, o crescimento econômico.

A expansão do crédito depende de uma oferta maior a um custo menor. Quanto menores forem os custos de um banco, mais baixos serão o valor da menor operação e o limite de renda mínimo do cliente. Os sistemas financeiros – à semelhança de outros setores – operam de cima para baixo. Os clientes de renda mais alta recebem os serviços bancários antes dos mais pobres que formam a base da pirâmide. O fundamento é econômico e vale para outros produtos e serviços – como carros, moradia e telefonia. A razão disso é que custos elevados são diluídos mais facilmente com clientes com maior poder aquisitivo. É necessário elevar o nível de eficiência bancária para estender os benefícios a camadas crescentes da população, ampliar os benefícios da bancarização aos mais pobres é sinônimo de baixar os custos bancários. (TROSTER, 2005, p.2).

Troster (2005) divide o *spread* em quatro componentes inter-relacionados:

1- Componente legal institucional: A situação atual deste componente é pouco adequada às necessidades atuais do país. É resultado de ações ocorridas ao longo do tempo ao invés de um

planejamento visando a eficiência da intermediação bancária. Existem muitas distorções conseqüentes da falta de regras eficientes no sistema financeiros. Dentre elas as principais são:

- Ineficiências na aplicação da justiça: Como a obsoleta estrutura administrativa dos tribunais, a politização de algumas decisões, a escassez de recursos técnicos e humanos e o complicado código processual. Isto gera custos elevados para os bancos, vinculados á maior organização que eles precisam ter nesta área.
- Lei de falências antiquada: Além de antiga “a lei inviabiliza a sobrevivência do empreendimento, elimina fontes de emprego e permite fraudes na liquidação de ativos produtivos”. (TROSTER, 2005, p. 3).
- Complacência com a informalidade: A prestação de informações falsas ou distorcidas comprometem os valores emprestados e tendem a elevar a inadimplência. O que gera perda da credibilidade das informações no sistema e aumenta seu custo.
- Indefinição da competência concorrente de órgãos sub nacionais: Governos estaduais e municipais, de maneira inconstitucional, impõem normas aos bancos que tem seus custos elevados frente à necessidade de revogar na justiça as regras impostas.
- Tendência jurisprudencial de alterar condições de empréstimos: “Alguns empréstimos têm suas condições alteradas através de ações judiciais, gerando um risco sistêmico”. (TROSTER, 2005, p.4).
- Intempestividade de regras: Existe uma tendência de mudanças bruscas nas regras bancárias, como na tributação, o que impõe elevados custos de adaptação à estas instituições.
- Separação de principal e encargos:

Atualmente, quando há uma pendência judicial referente aos encargos de uma operação, o devedor não é obrigado a depositar o principal até que a questão dos encargos fique definida. Isso faz com que alguns usem recursos judiciais apenas para postergar o pagamento do principal, sobrecarregando desnecessariamente o judiciário. (TROSTER, 2005, p. 4).

O *spread* será menor quanto maior for a segurança jurídica. Ou seja, conferir o impacto legal-institucional é uma forma de analisar sua estrutura.

2- Componente macroeconômico: O descontrole das finanças governamentais é um marco da história econômica nacional desde sua fundação. As condições macroeconômicas do país, relação dívida/PIB e déficit fiscal, por exemplo, tem uma grande inércia o que gera uma

demora no movimento das taxas de juros. Estas taxas básicas são muito altas no Brasil o que, devido à sua volatilidade, causa uma baixa maturidade média dos instrumentos financeiros.

Um aspecto perverso da instabilidade macroeconômica crônica é que a efetividade da política monetária diminui. Os mecanismos de transmissão da política monetária no Brasil são ineficientes quando comparados com os do resto do mundo. Um sistema bancário com uma cunha baixa tem poucos entraves à intermediação e transmite com mais eficácia e velocidade mudanças de preços de ativos do que um sistema com cunha elevada que emperra ajustes em carteiras. (TROSTER, 2005, p. 6).

A eficiência dos mecanismos de transmissão também está diretamente relacionada com o grau de bancarização da economia. “Quanto mais intensa a bancarização, maior será a fração da economia afetada pelo comportamento dos juros”. (TROSTER, 2005, p. 6).

3- Componente de política bancária:

É necessária uma política bancária consistente com uma visão de longo prazo, evitando regulamentações intempestivas, sem benefícios perenes ou sem considerar o caráter intermediário do setor. A atividade bancária é sofisticada e exige mão-de-obra muito qualificada, tecnologia avançada, investimentos vultosos e infra-estrutura complexa. São condições que impõem custos elevados. As restrições operacionais impostas aos bancos têm que ser pensadas para dar mais segurança ao sistema, sem onerar demasiadamente seus custos. Normas em exagero acabam encarecendo as operações de crédito sem melhorar a estabilidade econômica. (TROSTER, 2005, p. 7).

O lucro bancário é apontado com excessivo no Brasil. Porém, na média, é tão rentável quanto os sistemas de outros países e alguns setores empresariais com o diferencial de ser bem mais arriscado.

4- Componente tributário: Este é excessivo no Brasil. “Uma cunha muito elevada tem um impacto na diminuição da oferta de crédito, o que redundará em menos crescimento, mais inadimplência e mais emprego”. (TROSTER, 2005, p. 10).

Além da tributação direta, existem os compulsórios que também é exagerado no país ficando entre os mais elevados do mundo. O que é inaceitável frente à redução que ele causa na oferta do crédito e às tentativas de baixar os *spreads* bancários. Ele acaba tendo um elevado custo de oportunidade para as instituições bancárias.

Esse aumento é mais um tributo, num setor altamente tributado. É um fato descrito na literatura a utilização do compulsório cumprindo o papel de um imposto. Como a remuneração do compulsório é menor que a de mercado, existe uma renda que é a

diferença entre a taxa de aplicação de recursos pelos bancos e a remuneração dos compulsórios. Em outras palavras, os bancos pagam mais um imposto disfarçado como compulsório elevado. (TROSTER, 2005, p. 11).

O economista conclui seu trabalho enfatizando que são necessários esforços para que seja alcançada, uma política macroeconômica eficiente, uma tributação justa e maximizadora de receitas ao longo do tempo, restrições operacionais promotoras da estabilidade e eficiência bancária, além da competitividade entre os bancos.

A Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), órgão de apoio do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), divulgou em 2004 o resultado de seu trabalho, desenvolvido por solicitação da Febraban, com o objetivo de apurar a estrutura e a composição do *spread* bancário no Brasil.

Para isto foi selecionada uma amostra composta por bancos responsáveis por 56,30% do total de créditos oferecidos no sistema bancário nacional em 31/12/2003. A apuração do *spread* foi feita através de um modelo desenvolvido pela própria Fundação e aplicado a diferentes produtos financeiros tanto de pessoas físicas, que incluiu o crédito e o cheque especial, os Créditos Direto ao Consumidor (CDC) veículo e geral, empréstimos em folha de pagamento e rural, como de jurídicas, participando os descontos de duplicatas e cheques, as operações de “Hot Money”, empréstimos de capital de giro, conta corrente garantida, crédito rural, repasses BNDES (Finame), Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) e outros, como as operações de crédito imobiliário, não incluídos nos dois primeiros tipos.

Todas as informações constantes no modelo de apuração do *spread* bancário foram obtidas através de questionários respondidos pelos bancos selecionados para a pesquisa, e informações adicionais oferecidas pelas instituições por e-mail ou pessoalmente aos pesquisadores da FIPECAFI. A FIPECAFI procurou validar, pelo menos de uma maneira global, todas as informações recebidas, principalmente através de confrontos com as demonstrações contábeis formalmente publicadas pelos bancos, padrões de mercado fornecidos pelo Banco Central e médias obtidas das instituições participantes da pesquisa. (FIPECAFI, 2004, p. 8).

O modelo desenvolvido de cálculo do *spread*, apresentado na Tabela 4.1, foi aplicado a cada um dos produtos acima citados. Porém, a Federação considera a atividade bancária como sendo complexa e de difícil interpretação.

A estrutura contábil das instituições financeiras, base das informações dessa pesquisa, apresenta ainda sérias limitações para interpretação dos resultados, determinadas principalmente pela natureza de alguns critérios de divulgação (“disclosure”) dos relatórios financeiros, apropriações contábeis insuficientemente descritivas adotadas em algumas contas e inadequação do COSIF para algumas análises, entre outras limitações encontradas. É verificável ainda que os critérios de apropriação contábil e mesmo definições de produtos financeiros diferem entre os bancos, podendo produzir cada um diferentes informações e resultados para um mesmo processo. (FIPECAFI, 2004, p. 15).

TABELA 4.1: Estrutura básica do *spread* bancário.

RESULTADOS		RESULTADOS	
A) Receita Financeira de Aplicação	XX	D) Despesas Operacionais Diretas	(x)
• Operações de Crédito		• Impostos s/ Operação	
• Direcionamento		• Inadimplência	
B) Despesa de Captação	(X)	• Outras	
• Recursos de Terceiros		E) SPREAD DIRETO (C – D)	
• Resultado na Captação		F) Despesas Operacionais Indiretas	(x)
C) SPREAD BRUTO (A – B)	XX	G) SPREAD Antes IR/CSLL (E – F)	XX
		H) Provisão para IR e CSLL	(x)
		I) SPREAD Líquido (G – H)	XX

Fonte: FIPECAFI.

Sendo:

A) Receita Financeira de Aplicação: É a receita média dos saldos diários por produto PF e PJ informados pelas instituições e líquidos dos juros apropriados no período. Está dividida em: créditos, com recursos livres e repasses do BNDES e direcionamento, com as exigibilidades do BACEN para crédito rural e imobiliário.

B) Despesa de Captação: É a despesa financeira do levantamento de recursos dos bancos e se divide em: terceiros, sendo a multiplicação dos volumes emprestados pela taxa média de CDI no período e resultado na captação, correspondendo á diferença entre o CDI e a taxa média ponderada de captação efetivamente praticada pela instituição.

C) *Spread* Bruto: A diferença entre a receita financeira de aplicação e a de captação.

D) Despesas Operacionais Diretas: São os gastos diretamente ligados aos produtos financeiros. Dividido em: impostos indiretos, como PIS e Cofins e inadimplência.

Para a obtenção deste último dado, a inadimplência, foi considerada somente a constituição de provisões do período (PDD) obtidas nas demonstrações contábeis de 2003.

O conceito de inadimplência utilizado pelo BACEN é o saldo das operações em atraso sobre o saldo total das operações (nível de atraso); embora não seja um critério utilizado para constituição de provisão, os percentuais servem como parâmetro para distinguir a diferença de atraso entre os produtos. Parte-se do pressuposto de que quanto maior o nível de atraso, maior a necessidade de constituição de provisão; contudo, essa constituição depende da classificação de risco do cliente e da operação, o que não está disponível por produto. (FIPECAFI, 2004, p.17).

E) *Spread* Direto: É o bruto consolidado deduzido das despesas operacionais diretas dos bancos.

F) Despesas Operacionais Indiretas: É a soma dos gastos de pessoal e outras despesas administrativas.

G) *Spread* antes do IR/CSLL: É o *spread* direto subtraído das despesas operacionais indiretas bancárias.

H) *Spread* Líquido: Corresponde á receita financeira das aplicações deduzidas das de captação, das despesas diretas, operacionais indiretas e das de IR e CSLL.

Este modelo, como é visto, traz novas contribuições em relação aos modelos tradicionais, como a classificação do *spread* em bruto, direto e líquido; o destaque ao *spread* líquido e o destaque aos resultados na captação financeira bancária.

O resultado pode ser visualizado no Tabela 4.2:

TABELA 4.2: Resultados do *spread* bancário – R\$ mil

Consolidado todos os bancos	PF	PJ	PF + PJ
SALDO TOTAL	84.967.173	123.905.083	208.872.255
SALDO DO CAPITAL EMPRESTADO	55.057.054	110.866.487	165.923.541
SALDO DE REDIRECIONAMENTO	29.910.118	13.038.596	42.948.714
A. RECEITA FINANCEIRA DE APLICAÇÃO	30.155.606	27.018.826	57.174.432
Créditos	24.901.061	25.369.284	50.270.345
Direcionamento	5.254.545	1.649.542	6.904.088
B. DESPESA DE CAPTAÇÃO	-8.110.916	-13.545.866	(21.656.782)
Terceiros	(19.771.861)	(28.832.713)	(48.604.574)
Resultado na Captação	11.660.945	15.286.847	26.947.792
C. SPREAD BRUTO (A - B)	22.044.690	13.472.960	35.517.650
D. DESPESAS OPERAC. DIRETAS	-8.280.403	-5.344.782	(13.625.185)
Impostos s/ Operações	(1.342.905)	(661.818)	(2.004.724)
Inadimplência	(6.937.497)	(4.682.964)	(11.620.461)
Outras	0	0	0
E. SPREAD DIRETO (C - D)	13.764.288	8.128.178	21.892.466
F. DESPESAS OPERAC. INDIRETAS	(8.639.115)	(7.375.035)	(16.014.150)
G. SPREAD ANTES IR/CSLL (E - F)	5.125.173	753.143	5.878.315
IR/CSLL	(1.742.559)	(256.068)	(1.998.627)
H. SPREAD LÍQUIDO	3.382.614	497.074	3.879.688
ESTRUTURA DO RESULTADO	PF	PJ	PF + PJ
A. RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	100,00%	100,00%	100,00%
B. DESPESA DE CAPTAÇÃO	-26,90%	-50,13%	-37,88%
SPREAD BRUTO (A - B)	73,10%	49,87%	62,12%
SPREAD DIRETO (C - D)	45,64%	30,08%	38,29%
SPREAD LÍQUIDO	11,22%	1,84%	6,79%
SPREADS	PF	PJ	PF + PJ
A. RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	35,49%	21,81%	27,37%
B. DESPESA DE CAPTAÇÃO	-9,55%	-10,93%	-10,37%
SPREAD BRUTO (A - B)	25,94%	10,87%	17,00%
SPREAD DIRETO (C - D)	16,20%	6,56%	10,48%
SPREAD LÍQUIDO	3,98%	0,40%	1,86%

Fonte: FIPECAFI.

Baseada em tal resultado a FIPECAFI observa que o *spread* bancário é mais elevado nas operações de PF do que PJ. Para cada R\$ 100,00 de receita financeira auferida em 2003, os bancos ficaram com R\$ 11,22 da PF e R\$ 1,84 da PJ. A primeira é responsável por 40,7% e a segunda por 59,3% das operações de crédito bancário. Considerando que o custo médio de captação da PJ e da PF são próximos, esse fato pode ser explicado pelas taxas de juros mais elevadas da PF e da despesa de captação ser maior para PJ.

Na avaliação do economista Anoop **Singh** (In: BBC BRASIL, 2005), Diretor do Departamento de Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil

está superando as instabilidades passadas e, agora, precisa passar por mudanças no seu sistema bancário com o objetivo de tornar a intermediação deste mais eficiente e diminuir os *spreads*.

O Brasil tem um *spread* muito grande, e isso é claramente um fator que inibe a intermediação bancária na economia. E o potencial de crescimento econômico no longo prazo se beneficiaria muito de esforços para tornar a intermediação bancária mais eficiente. (SINGH, In: BBC BRASIL, 2005).

A economista para o Hemisfério Ocidental do **FMI**, Agnès Belaisch, apresentou, em maio de 2003, um estudo apontando o problema de falta de competição no sistema financeiro brasileiro como sendo um importante responsável pelos elevados *spreads* do país. São citados, também, os altos custos operacionais do sistema bancário nacional e as dificuldades geradas pelas informações assimétricas como obstáculos para a eficiência dos bancos.

A economista afirma que tais instituições brasileiras são lucrativas, porém menos eficientes que as de outros países da América Latina, Estados Unidos e Japão. A baixa relação entre a oferta de crédito e o PIB no país é um exemplo de tal afirmação. Para ela, os bancos brasileiros são poderosos, mas não financiam a economia. Ou seja, o sistema financeiro não está cumprindo seu papel tradicional de fazer a intermediação entre a poupança e o crédito por terem preferência em destinar os recursos para aplicações em títulos públicos considerando o risco de crédito e as incertezas macroeconômicas que podem comprometer o retorno dos empréstimos. Segundo ela, este fato deve mudar com a diminuição da atratividade dos títulos públicos.

Na visão de Belaisch (2003), os bancos nacionais comportam-se de maneira oligopolística de modo que apenas dez instituições são responsáveis por 75,8% dos ativos financeiros do país, além de existir também uma concentração geográfica. E alerta para o perigo do risco sistêmico, por considerar que o poder de mercado garante o lucro bancário mas também os torna mais vulneráveis aos choques econômicos, dos elevados preços e da redução da demanda por crédito resultante das práticas não competitivas destas instituições.

Troster (2005), responde ao relatório do FMI apontando incorreções no mesmo.

é colocado que as margens dos bancos brasileiros são elevadas, mas não menciona que no working paper há inclusive citações de que despesas adicionais decorrentes do "status do ambiente regulatório e legal em que os bancos operam... e do exercício

do cumprimento de direitos de credores", sem mostrar a conclusão lógica de que um aprimoramento no ambiente legal institucional é sinônimo de melhoria da eficiência da intermediação bancária; Há omissões na explicação dos custos, como a tributação, o baixo nível de alavancagem nos bancos brasileiros, os subsídios cruzados com compulsórios elevados, créditos direcionados e a prestação de serviços de pagamento e recebimento, para o governo a um custo elevado que é repassado para a intermediação. (TROSTER, 2005).

Para o economista-chefe da Febraban o estudo é limitado devido ao seu curto prazo de análise, ao uso de somente uma metodologia para a medição da estrutura do mercado e ao uso dos dados do período entre 1997 a 2002, o que inclui a fase de reestruturação bancária e a crise do Real em 1999.

O título do documento e as conclusões são sensacionalistas, pois muitos pontos são levantados - tributação, questão institucional, compulsórios, taxa de poupança interna, etc. - e apenas se faz referência a uma que é a questão da concorrência no título. Neste momento em que o Brasil está às portas de um novo ciclo de crescimento é oportuno debater as causas que atravancam a intermediação bancária e propor ações para melhorar a oferta de crédito e conseqüentemente o investimento e o emprego. Nesse sentido o documento é oportuno, entretanto deve ser feito de maneira imparcial e abrangente. (TROSTER, 2005).

Diversas são as discussões a respeito do *spread* bancário no Brasil e sobre seu impacto no volume de crédito ofertado. Dentre as entidades citadas é possível verificar tanto pontos de concordância quanto de discordância em relação à visão do BACEN.

A FIPECAFI, por exemplo, considera imprópria a identificação tradicional dos componentes do *spread* e afirma que, freqüentemente, visões errôneas considerando o *spread* bruto igual ao líquido são divulgadas. Assim, tal Fundação traz um modelo com um estrutura original do *spread* classificando-o em bruto, direto e líquido.

Enquanto que o BACEN defende a idéia de que a inadimplência é um dos fatores de maior peso na formação do *spread* e o principal alvo para se alcançar a redução do mesmo, a FEBRABAN defende que essencial é a diminuição da cunha fiscal incidente sobre a intermediação financeira nacional. Já a equipe do FMI sugere mudanças no sistema bancário brasileiro como o caminho para se alcançar uma maior eficiência da intermediação e, conseqüentemente, a queda dos *spreads*.

A existência de uma certa parcialidade a sobre a visão do *spread* cobrado pelas instituições bancárias em nosso país acaba por ser o diferencial de cada ótica. O ponto único observado pelas entidades é que a diferença entre a taxa de captação e de aplicação dos

recursos dos bancos brasileiros é elevada, o que compromete o desenvolvimento nacional através do alto custo e baixo volume de crédito resultante. Quadro, este, que é necessário ser modificado.

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES:

5.1 CONCLUSÃO:

A importância que o crédito tem na economia de um país está vinculada ao fato de o mesmo ser o instrumento que possibilita as empresas e as famílias atingirem um nível maior de eficiência, modernidade, bem estar e produtividade. A participação da oferta de crédito em relação ao PIB têm se tornado, com isto, um bom indicador do desenvolvimento nacional.

Infelizmente, no Brasil esta relação, de em média 35% do PIB, é considerada baixa se comparada com outros países a exemplo do Chile e do Japão com 68% e 175% do PIB respectivamente. Seus riscos e custos inerentes às operações creditícias são altos e o ambiente macroeconômico instável prejudica a oferta de financiamentos de longo prazo.

Entidades de relevância na área econômica do país, como o BACEN e a FEBRABAN, por exemplo, têm se disposto a analisar este problema e vêm, constantemente, realizando estudos e pesquisas com o objetivo de expandir o mercado de crédito no Brasil e aumentar suas possibilidades de crescimento da sua economia.

Nestes trabalhos verifica-se que o *spread* bancário, ou seja, a diferença entre a taxa de captação de recursos e a aplicação por parte dos bancos, é elevado em nosso país e formado, principalmente, por: despesas administrativas, impostos diretos e indiretos, inadimplência e margem líquida dos bancos. Todos estes componentes devem ser modificados para que o resultado desejado seja alcançado.

Os custos operacionais ligados, dentre outras, à necessidade de fontes de informações, gastos judiciais, depreciação de garantias, treinamento de pessoal e informatização dos processos, vêm tendo sua busca de redução baseada na desburocratização e novas formas das operações creditícias.

A pesada cunha fiscal é estudada pelo governo. Porém com uma difícil diminuição considerando o déficit do mesmo, característico de economias em desenvolvimento.

A inadimplência, por sua vez, é uma das componentes com participação mais expressiva no *spread* e, a princípio, a mais maleável. Ela é o resultado positivo do risco de crédito, isto é, da probabilidade de não pagamento do empréstimo concedido. Este fator tem diversas origens que podem tanto estar ligadas às características do demandante de capital,

como o seu caráter, como ao ambiente externo, no caso das mudanças constantes da taxa de juros. O primeiro caso deve ser tratado com sistemas interligados de informação eficientes o suficiente para que o “mau pagador” seja identificado e diferenciado dos demais. Já o segundo caso, da macroeconomia, é mais dependente das políticas governamentais e das relações externas.

O lucro bancário é alvo de muitos comentários e, de fato, elevado no Brasil. O que, segundo as próprias instituições, não tem nenhum problema considerando as mesmas como firmas inseridas em um ambiente capitalista e, com isto, dependentes de resultados positivos o suficiente para garantir a sua permanência no mercado e o ganho dos seus acionistas. Por outro lado, a participação social dos bancos é questionável ao verificar o desvio de recursos do crédito para o investimento em títulos da dívida pública. Ou seja, julgarem ser o seu resultado financeiro mais importante do que o crescimento econômico do país.

As tentativas, tanto por parte das entidades governamentais quanto pelas bancárias, têm sido diversas e com diferentes graus de eficiência. A estabilidade macroeconômica, embora difícil considerando a dependência econômica externa do Brasil, vêm ocorrendo de maneira gradativa e com impactos positivos na redução da taxa de juros e do *spread*. O maior acesso a informações, como a Central de Risco de Crédito, diminui as chances de toda a sociedade ser penalizada pelos inadimplentes. Os sistemas de cobrança e execução de garantias, como a Nova Lei de Falências, têm boas perspectivas de reduzir as perdas bancárias com os empréstimos sem retorno. A utilização de novos instrumentos, como o crédito pessoal consignado na folha de pagamento, traz a vantagem para os clientes de uma taxa de juros inferior à do mercado devido à maior liquidez envolvida.

O caminho para a redução dos *spreads* bancários e a expansão do mercado de crédito no Brasil é longo e cheio de obstáculos. É importante que, ao menos, ele já esteja sendo percorrido e que, também, as dificuldades encontradas não impeçam o resultado esperado.

Concluo, assim, este trabalho com parte do pronunciamento do Presidente do BACEN, Dr. Henrique Meirelles:

O quadro de dificuldades conjunturais enfrentadas pela economia brasileira, que estamos conseguindo superar com trabalho árduo e medidas corretas, não significa ausência de progresso no tocante aos juros e *spreads* bancários,

principalmente no âmbito do diagnóstico e da maior difusão de informações sobre crédito.

Com o sucesso da política monetária que adotamos e a redução das incertezas no cenário macroeconômico, os juros e *spreads* prefixados têm demonstrado uma nítida trajetória descendente. As taxas de inflação e as expectativas convergem para a trajetória de metas de longo prazo. Nesse contexto, as perspectivas para o futuro próximo são bastantes positivas quando comparadas às de meados do ano passado.

De qualquer forma, é evidente que as principais causas da escassez e do custo do crédito no Brasil continuam demandando um esforço por parte do governo e da sociedade para sua superação. Ainda existem dificuldades de obtenção de informações, que prejudicam a concorrência e a avaliação do risco de crédito. Além disso, há muito a avançar no que se refere à melhoria do ambiente jurídico-institucional, que ainda apresenta um forte viés-pró-devedor e desfavorável ao crédito.

Não tenham dúvidas: há muito o que fazer para reduzir os *spreads* e o Banco Central está consciente do papel ativo que pode, deve e vai desempenhar nesse esforço. (In: BACEN, 2003).

5.2. RECOMENDAÇÕES:

É importante que as medidas e ações hoje propostas pelo governo sejam futuramente avaliadas de modo a verificar sua eficácia na redução dos *spreads* bancários.

Alguns problemas relacionados às metodologias de cálculo do spread também tendem a ser constantemente modificadas e com dados mais precisos. Dentre eles estão: a dificuldade de obtenção de alguns dados por parte das instituições bancárias, como os bancos liquidados e intervindos; o rateio proporcional dos custos administrativos, que não considera as restrições normativas impostas sobre as instituições bancárias; o difícil cálculo da parcela relativa às operações subsidiadas e os dados de inadimplência, que são tirados das despesas de provisão dos bancos mas que não refletem, necessariamente, o risco do crédito em questão e sim a inadimplência passada.

O melhoramento destas questões pode trazer retornos positivos para a compreensão do funcionamento dos *spreads* e do avanço no desenvolvimento econômico do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Departamento de Estudos e Pesquisas – DEPEP. **Juros e *Spread* Bancário no Brasil**. 1999. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SPREADBR>>. Acesso em: 12 outubro 2004.
- _____. **Juros e *Spread* Bancário no Brasil**: Avaliação de 1 ano do Projeto. 2000. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurospreload112000.pdf>>. Acesso em: 12 outubro 2004.
- _____. **Juros e *Spread* Bancário no Brasil**: Avaliação de 2 anos do Projeto. 2001. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurospreload112001.pdf>>. Acesso em: 12 outubro 2004.
- _____. **Juros e *Spread* Bancário no Brasil**: Avaliação de 3 anos do Projeto. 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurospreload122002.pdf>> . Acesso em: 12 outubro 2004.
- _____. **Juros e *Spread* Bancário no Brasil**: Avaliação de 4 anos do Projeto. 2003. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/ftp/rel_economia_bancaria_credito.pdf> . Acesso em: 12 outubro 2004.
- _____. **Juros e *Spread* Bancário no Brasil**: Avaliação de 5 anos do Projeto. 2004. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/spread/port/economia_bancaria_e_credito.pdf> . Acesso em: 14 março 2005.
- BELAISCH, Agnès. **Do Brazilian Banks Compete?**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/cat/longres.cfm?sk=16533.0>>. Acesso em: 16 maio 2005.
- BRASIL, BBC. **América Latina está mais preparada para crescer, diz FMI**, Washington, 15 abril 2005. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/04/050415_denizecg.shtml> . Acesso em: 23 maio 2005.
- CARVALHO, Fernando Cardim de, et al. **Economia monetária e financeira: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 454p.

- CAVALCANTI, Francisco; MISUMI, Jorge Yoshio. **Mercado de Capitais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002, 7ª reimpressão. 373p.

- CYPRIANO, Márcio. **Aumento de empréstimos já é prioridade dos bancos**. In: Banco Hoje Interativo: A revista dos executivos financeiros. São Paulo, ed. nov. 2004. Disponível em: <<http://www.bancohoje.com.br/artigo.asp?Artigo=1167>>. Acesso em: 09 fevereiro 2005.

- COMPTON, Eric N. **Princípios das atividades bancárias**. São Paulo: IBCB, 1990. 467 p.

- COSTA, Ana Carla Abrão; NAKANE, Márcio. **Revisitando a metodologia de decomposição do *spread* bancário no Brasil**. 2004. 30 p. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/bacen/Artigos/SpreadRevFinalset04.PDFD>>. Acesso em: 14 março 2005.

- Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). **Os juros – mais altos do que todos gostariam**. 2003. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/Posicao25.asp>>. Acesso em: 14 abril 2005.

- _____. **Porque os juros são altos no Brasil**. 2003. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/posicao26.asp>> . Acesso em: 14 abril 2005.

- _____. **O desafio da redução do custo do capital no Brasil é uma tarefa coletiva que envolve o Executivo, o Banco Central, o Congresso, o Judiciário, o Sistema Financeiro e a própria sociedade**. 2003. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/posicao27.asp>> Acesso em: 14 abril 2005.

- Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras (FIPECAFI). **Estudo da FIPECAFI sobre a estrutura da taxa de juros no Brasil e análise do *spread* bancário**. 2004. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/Arquivo/Destaques/destaque-estudo_estrutura_taxa_de_juros.asp> Acesso em: 25 abril 2005.

- GRADILONE, Cláudio. Sócio da Febraban. **Exame**, São Paulo, ed. 824, p. 98, Ago. 2004,

- _____, Os banqueiros também estão preocupados. **Exame**, São Paulo, ed. 818, p. 98-100, Mai. 2004.

- LUNDBERG, Eduardo Luis; BADER, Fani Lea Cymrot. Ações e Medidas – Avaliação e Propostas. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Juros e Spread Bancário no Brasil**: Avaliação de 5 anos do Projeto. 2004. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/spread/port/economia_bancaria_e_credito.pdf> . Acesso em: 14 março 2005.
- MISHKIN, Frederic S. **Moeda, Bancos e Mercados Financeiros**. 5ª ed. Tradução de Christine Pinto Ferreira Studart. Revisão técnica de Rogério Studart. Rio de Janeiro: LTC, 1998. 474p.
- PERES, Leandra. O Brasil ainda espanta. **Veja**, São Paulo, ed. 1846, p. 105-106, Mar. 2004.
- PINDICK, Robert S., Rubinfeld, Daniel L. **Microeconomia**. 5ª ed. Tradução e revisão técnica do Professor Eleutério Prado. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 711 p.
- PINHEIRO, Armando Castelar. **Uma agenda pós-liberal de desenvolvimento para o Brasil**. Rio de Janeiro: 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/Publicacoes/details.php?num=1980&tit=Uma~Agenda~Pós-liberal~de~Desenvolvimento~para~o~Brasil>>. Acesso em: 12 outubro 2004.
- REED, Edward W.; GILL, Edward K. **Bancos Comerciais e Múltiplos**. Tradução de Maria Claudia Santos Ribeiro Ratto. Revisão técnica de Roberto Luís Troster. São Paulo: Makron Books, 1994. 566 p.
- RYDLEWSKI, Carlos. A vida sem crédito. **Veja**, São Paulo, ed. 1850, p. 100-101, Abr. 2004.
- *SETTLEMENTS, Bank for International, (BIS). Core Principles for Effective Banking Supervision*. 1997. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bebsc102.pdf>>. Acesso em: 12 outubro 2004.;
- SISTER, Sérgio. O gargalo do crédito. **Desafios do desenvolvimento**. 2004. Disponível em <<http://www.desafios.org.br/index.php?Edicao=1&idNoticia=2>>. Acesso em: 01 setembro 2004.

- TROSTER, Roberto Luis. ***Spread Bancário no Brasil***. 2005. Disponível em:
<<http://www.febraban.com.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/spreadbancario0307c.pdf>> Acesso em: 14. abril. 2005.

- _____. ***Stabilization and Reform in Latim América***. 2005. Disponível em:
<<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/estudoFMI.asp>> Acesso em: 23 maio 2005.